


A LINGUÍSTICA BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1960-1970: ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS E AFILIAÇÕES TEÓRICAS

Ronaldo de Oliveira Batista*

 <https://orcid.org/0000-0002-7216-9142>

Como citar este artigo: BATISTA, R. de O. A linguística brasileira nas décadas de 1960-1970: associações científicas e afiliações teóricas. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 1-33, maio/ago. 2022. DOI 10.5935/1980-6914/eLETL15394

Submissão: maio de 2022. **Aceite:** junho de 2022.

Resumo: O artigo retoma fatos da institucionalização da linguística como disciplina universitária no Brasil no período entre 1960 e 1970 e episódios históricos de um movimento de formação de uma cultura universitária na linguística brasileira são narrados. Para tanto, aspectos da constituição e do desenvolvimento de um campo de pesquisa e ensino são o foco de observação. A historiografia da linguística é a perspectiva teórico-metodológica que conduz a descrição e a análise de fragmentos históricos retomados com o objetivo de apontar especificidades de processos de institucionalização do conhecimento sobre a linguagem. A formação de grupos e as afiliações teóricas são os elementos privilegiados nesta narrativa historiográfica, que aponta para uma história de recepção de teorias e de tentativas de unificação em meio a uma notável diversidade teórica.

Palavras-chave: Historiografia da linguística. Linguística brasileira. Associações científicas. Manuais de linguística. História da linguística brasileira.

* Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: robotista@mackenzie.br

INTRODUÇÃO

■ A historiografia da linguística é uma subárea de natureza metacientífica dos estudos linguísticos que toma como objeto a formulação, a circulação e a recepção do conhecimento sobre a linguagem produzido em diferentes recortes temporais pelos mais diversos agentes com objetivos específicos manifestados em produtos característicos de um clima de opinião (um contexto histórico, social, ideológico)¹.

Escrito a partir dessa perspectiva teórico-metodológica, este texto inicialmente retoma fatos da institucionalização da linguística como disciplina universitária no Brasil em 1962. Em seguida, episódios de um movimento social e histórico de formação de uma cultura universitária na linguística brasileira nos anos 1960-1970 são narrados a partir da análise da presença histórica das associações científicas suprarregionais Associação Brasileira de Linguística (Abralin) e Sociedade Brasileira de Professores de Linguística (SBPL) e da publicação dos primeiros manuais didáticos nacionais de introdução à linguística².

O recorte temporal foi delimitado a partir do ano da implantação oficial da disciplina linguística nos currículos mínimos das faculdades de Letras, 1962³, e considerando os primeiros movimentos de institucionalização em suas quase duas décadas⁴.

Os limites são definidos pelos primeiros movimentos de institucionalização na década de 1960 (entre outros: criação do primeiro departamento de linguística no Brasil, na Universidade de Brasília em 1963, oferta de um curso de mestrado na mesma instituição de Brasília, a fundação da Abralin, primeira associação suprarregional) até a década de 1970, na qual se considera que a linguística efetivamente se institucionalizou como campo acadêmico no Brasil⁵. As décadas seguintes a 1970 representam a consolidação (com toda a complexidade de fatores e resultados efetivos que isso implica) das primeiras iniciativas dos anos 1960 e 1970, por isso não são consideradas na periodização aqui adotada.

Neste texto, os seguintes documentos históricos são a fonte privilegiada para a interpretação historiográfica:

-
- 1 Para uma apresentação didática, cf. Batista (2013, 2019, 2020) e Batista e Bastos (2020).
 - 2 Não analiso o estabelecimento dos cursos de graduação e pós-graduação em linguística no Brasil como parte da institucionalização da linguística brasileira. Essa história está extensivamente relatada e interpretada em Altman (1998) e Sugiyama Jr. (2020).
 - 3 Houve outras iniciativas de institucionalização da disciplina linguística em centros universitários brasileiros. Destaca-se, por exemplo, a atuação de Joaquim Mattoso Câmara Jr. no ensino e na publicação de textos de introdução à linguística durante as décadas de 1930 e 1940 – cf. Altman (1998). Houve também a tentativa não concretizada de estabelecer uma cadeira de linguística na Universidade de São Paulo (USP) na década de 1930, período de implantação da própria universidade – cf. Sugiyama Jr. (2020). Além disso, deve ser mencionado o trabalho de Rosário Mansur Guérios (1907-1987) na Universidade do Paraná (atual Universidade Federal do Paraná). Em 1939, na cátedra de língua portuguesa sob sua responsabilidade, ele deu aulas de linguística e seria um dos pioneiros no estudo de línguas indígenas no Brasil com uso de metodologias linguísticas.
 - 4 Se considerarmos a interpretação de Altman (1998), a institucionalização de fato começou a ser configurada a partir de 1968, com os primeiros cursos de pós-graduação em efetiva ação. O término na década de 1970 para esta análise procura uma delimitação que observa os primeiros anos de uma dinâmica social universitária contínua em torno da linguística no Brasil. Como toda periodização, a adotada aqui é também arbitrária e pode ser confrontada com outros pontos de vista.
 - 5 “A partir dos anos setenta, a Linguística e suas disciplinas passariam rapidamente a constituir um domínio específico e autônomo de investigação e despertariam um interesse e uma procura maior da parte dos pós-graduandos do que a Filologia. Em termos institucionais, sócio-profissionais e teórico-metodológicos, os anos setenta seriam dos lingüistas” (ALTMAN, 1998, p. 125).
 “A década de setenta seria marcada, pois, não só pela instalação no país dos primeiros cursos específicos de graduação e pós-graduação em Linguística mas também pelo estabelecimento – ou questionamento – da profissão do lingüista; pela criação das primeiras associações nacionais e regionais; pela preocupação com a publicação periódica da produção acadêmico-científica; pelo desenvolvimento de projetos coletivos e pela formação de um setor editorial especializado” (ALTMAN, 1998, p. 167).

- a) atas e materiais com informações sobre as associações com identidade suprarregional. A ata de fundação da Abralín é divulgada em diferentes canais, inclusive no *site* da associação⁶; nesta análise utilizo a divulgação do documento presente no *Boletim 16* da associação, também disponível no *site*. No mesmo canal, outros documentos, como a lista de sócios, estão disponíveis para consulta *on-line*. Já os documentos sobre a SBPL são difíceis de serem localizados, uma vez que a associação não é mais ativa (não se encontra nenhuma informação sobre sua atuação nem sobre possíveis afiliações) e nem oferece algum tipo de repositório de sua história acessível. Utilizo a documentação divulgada na seção “Noticiário” e nas páginas de informações acadêmicas da revista *Acta Semiotica et Lingvistica* (volume 1, número 1, de 1977), um dos periódicos que a associação editou;
- b) depoimentos que atestam a fundação e o funcionamento inicial das associações. Depoimentos referentes à implantação da Abralín foram recolhidos de fontes já publicadas sobre a formação da associação. Já depoimentos sobre a SBPL foram colhidos por *e-mail* em fevereiro de 2022; foram selecionados dez pesquisadores nacionais: cinco com participação na associação (comprovada pela presença do nome no documento oficial de início da associação); cinco sem participação direta na associação (ausência do nome no documento oficial de início da associação), mas que estavam inseridos na prática científica em linguística na década de 1970 (período de constituição da SBPL). Desses dez pesquisadores selecionados, obteve-se retorno de sete. Quatro deles sem envolvimento direto na associação; três deles com envolvimento direto na associação. Esses depoimentos foram colhidos por meio de um questionário formado por três perguntas abertas que solicitavam informações sobre o conhecimento da associação, a participação na SBPL, a percepção da visibilidade da associação durante sua atuação. O teor e a extensão das respostas foram bastante variáveis. Desse modo, há uma amostra limitada em termos de depoimentos, mas que serve de apoio para interpretar de modo inicial processos de institucionalização do conhecimento linguístico em torno da SBPL. Os depoimentos referentes à SBPL não são identificados, pois alguns depoentes não autorizaram a exposição de seu nome, outros, sim. Preferiu-se, então, manter o anonimato para todos. Depoimentos sobre a Abralín são identificados com os critérios adotados por aqueles que os recolheram e os expuseram anteriormente, já que são citações de outras fontes;
- c) manuais de linguística publicados no Brasil no período 1960-1970. São livros que tiveram reconhecimento da comunidade de linguistas para o ensino, evidenciado por sucessivas edições até pelo menos a década de 1980 (totalizando no mínimo dez anos de presença no cenário editorial brasileiro): (i) *Introdução aos estudos linguísticos*, de Francisco da Silva Borba, publicado em 1967 (no início da década de 1990 atingia sua 11^a. edição e ainda é publicado pela editora Pontes; em mapeamento sobre indicações bibliográficas em cursos de letras/linguística na graduação, Sugiyama Jr. (2020) aponta o livro de Borba como uma das referências com mais de dez citações em diferentes cursos do país no período 1990-2010); (ii) *Introdução à linguística*, de Leonor Scliar-Cabral, publicado em 1971

6 Cf. <https://www.abralin.org/site/en/home-page/>.

(até a década seguinte a sua publicação, havia atingido a marca de sete edições; não é mais editado pela Globo, sua editora desde a primeira edição); (iii) *Fundamentos da linguística contemporânea*, de Edward Lopes, publicado em 1976 (até a década de 2000 o livro tinha atingido a marca de mais de 20 edições; esgotado atualmente no catálogo da Editora Cultrix, continua sendo vendido em outros canais de comercialização).

Os estudos que aqui constituem a narrativa histórica foram realizados a partir dos seguintes procedimentos: 1. seleção das fontes (os documentos históricos) com a consequente definição da periodização; 2. descrição e leitura analítica das fontes; 3. correlação de dados das fontes com aspectos sociais e históricos pertinentes aos períodos de produção e circulação dos documentos históricos; 4. elaboração de interpretações historiográficas a partir da correlação desses dados; 5. escrita de uma narrativa historiográfica.

“À PRIMEIRA VISTA PARECIA ÓTIMO”: O PARECER DE 1962 E A LINGUÍSTICA BRASILEIRA

A linguística brasileira trilhou longo caminho até uma institucionalização *contínua* que contemplou cursos ou disciplinas de graduação e pós-graduação (que envolviam formação de pessoal especializado, garantindo a dinâmica do campo em termos de reconhecimento da profissionalização), publicações assumidas como produção em ciência da linguagem exclusivamente (manuais nacionais, traduções, artigos de periódico), primeiras associações (legitimando uma prática científica) e eventos nacionais e regionais (possibilitando a formação de comunidades de pesquisadores, docentes e discentes em interlocução).

Nessa trajetória, a produção intelectual do século XIX e da primeira metade do século XX (em especial em filologia e gramática tradicional e prescritiva) não pode ser simplesmente descartada. A rigor, há uma linguística (em sentido amplo do termo) no Brasil desde os anos 1800⁷, ainda que mesclada a produções em filologia, a questões sobre norma linguística, ensino e produção de gramática.

Já na primeira metade do século XX, os nomes de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970) e Aryon Dall’Igna Rodrigues (1925-2014) foram destaque por terem lecionado, com papéis e reconhecimentos diferentes, pioneiramente linguística (nomeada como tal) em universidades brasileiras⁸.

De qualquer modo, opero neste texto com seleções de periodização. Como toda narrativa historiográfica, esta também tem suas particularidades em termos de seletividade do escopo de observação.

Deixo de lado, portanto, movimentos intelectuais e institucionais do século XIX e da primeira metade do século XX⁹. Interessam a esta narrativa a produção

7 Mais uma ressalva é necessária, reafirmando a seletividade das periodizações: partir do século XIX não implica desconsiderar a tradição gramatical e lexicográfica presente no território “brasileiro” desde os tempos coloniais com a ação educacional e religiosa dos jesuítas, por exemplo.

8 Houve outras formas de ensino de linguística no Brasil nos cursos de Letras em disciplinas curriculares de filologia ou línguas por parte de professores formalmente vinculados a cadeiras de filologia românica e língua portuguesa, por exemplo. Altman recupera essa história em sua obra de 1998.

9 “Além da tentativa de implantação da disciplina de Linguística Geral na UDF [Universidade do Distrito Federal, na década de 1930 com Mattoso Câmara], descontinuada em 1939, quando a universidade foi extinta, foram apontadas, por Altman (1998), outras iniciativas de institucionalização da Linguística na Universidade de São Paulo, dentro da cadeira de Filologia Românica, sob responsabilidade do Prof. Theodoro Henrique Maurer Jr. (1906-1979), e por Borges Neto (2018) na Universidade do Paraná, nas disciplinas de Língua Portuguesa sob responsabilidade de Mansur Guérios (1907-1987) e Aryon Rodrigues (1925-2014)” (SUGIYAMA JR., 2021, p. 32).

e a institucionalização de um conhecimento em ciência da linguagem (deste modo reconhecidas) a partir dos anos 1960, em especial a partir de 1962.

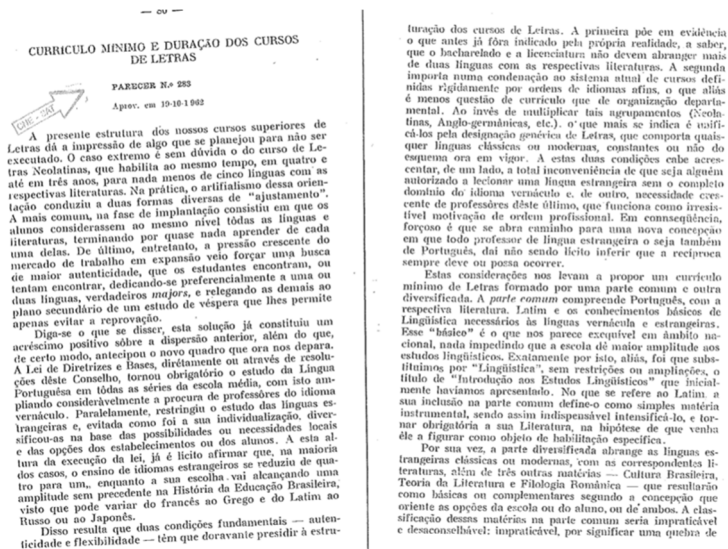
Foi nesse ano que uma ação de política pública instituiu a obrigatoriedade da linguística nos currículos mínimos das faculdades de Letras. Desse fato, uma dinâmica institucional se estabeleceu.

Como apontado por Sugiyama Jr. (2020, p. 92)¹⁰, a década de 1960 foi importante para a formatação de cursos universitários no Brasil. Havia um clima de opinião e uma movimentação intelectual na época favoráveis a que esse nível educacional recebesse atenção especial por meio de diferentes iniciativas de política pública.

Em meio a essas iniciativas, consequência da Lei de 1961 que criava a Comissão Federal de Ensino, deu-se a publicação, em 19 de outubro de 1962, do Parecer n° 283.

O Parecer n° 283, de 19 de outubro de 1962, foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, com assinatura de Valnir Chagas (1921-2006), relator, Celso Cunha (1917-1989) e Josué Montello (1917-2006), como nos informa Maria Carlota Rosa (2021, n. p.) ao retomar 59 anos de publicação do documento: “com o Parecer do CFE, a Linguística era incluída entre as cinco matérias da *parte comum* do currículo mínimo de Letras”.

Figura 1 – Imagem ilustrativa do Parecer de 1962



Fonte: Fotografia do autor deste artigo a partir de cópia do documento publicado em: <https://linguistica.ufrjcarlotablog.files.wordpress.com/2018/02/par-cfe-0283-1962.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2022.

Essa intervenção oficial nos currículos das Faculdades de Letras no Brasil foi vista de modo crítico por alguns daqueles que estavam envolvidos nesse processo

¹⁰ “A década de 1960 foi, sem dúvidas, um momento crucial para o processo de institucionalização da Linguística como disciplina autônoma no ensino superior brasileiro. Um conjunto coordenado de ações realizadas por agentes de diferentes instâncias do sistema educacional brasileiro garantiu a implantação e consolidação deste grupo de especialidade” (SUGIYAMA JR., 2020, p. 94).

histórico¹¹. Veja-se, por exemplo, a manifestação de Aryon Dall’Igna Rodrigues, um dos primeiros linguistas a se reconhecer (e ser reconhecido) como tal no Brasil, proponente de muitas iniciativas de institucionalização de uma ciência da linguagem brasileira a partir de 1960.

O ensino generalizado de Linguística começou mesmo em 1963. Foi uma decisão de 1962 do Conselho Federal de Educação, que estabelecia os “currículos mínimos” para todos os cursos superiores. Não sei por ideia de quem se decidiu implementar a disciplina linguística já naquele ano. Entre os membros do CFE havia dois conselheiros da área de Letras, Celso [Ferreira] da Cunha (1917-1989) e Valnir Chagas, responsável pelo Currículo Mínimo de Letras. Todos os cursos superiores de Letras deveriam seguir o currículo a partir de 1963. À primeira vista parecia ótimo, havia noventa Faculdades de Filosofia no país com cursos de Letras. Mas onde estavam os noventa professores? (Depoimento de Aryon Dall’Igna Rodrigues publicado em Cedoch, 2000, p. 11).

O Brasil mesmo continua praticamente sem linguistas e sem linguística. [...] A introdução do ensino de linguística em duas ou três universidades começa a contribuir para a criação de ambiente propício à formação de pesquisadores brasileiros no setor linguístico. A estrutura de nosso ensino superior, entretanto, é tal, que dificulta enormemente essa formação. Enquanto as universidades brasileiras não se reformarem, adotando uma estrutura em que seja viável a formação de pesquisadores, o ensino da linguística, que agora aos poucos nelas se vai introduzindo, corre o risco de não conseguir passar de disciplina auxiliar na instrução de professores de línguas modernas e de condenar-se, assim, a ficar alheio à tarefa de maior relevância que tem a linguística no Brasil, que é a investigação das dezenas de línguas nativas faladas pelos índios (RODRIGUES, 1963, p. 10).

Aryon Dall’Igna Rodrigues, uma das principais vozes da linguística na década de 1960, manteve firme postura diante do que parecia ser uma espécie de jogo rápido de improvisação. A toque de caixa, uma disciplina foi implantada sem que houvesse a massa crítica e o corpo profissional adequado para dar suporte a uma decisão de política pública tomada sem consenso com aqueles que atuavam de alguma maneira em linguística no Brasil.

A resolução de 1962 surpreendeu a comunidade acadêmica com poucos professores formados em Linguística. Atuavam na área apenas Mattoso, Rodrigues e Francisco Gomes de Mattos [...].

Rodrigues teria protestado como pôde ao que, do seu ponto de vista, era um mau começo. Primeiro, porque a institucionalização oficial da disciplina nascia vinculada às Faculdades de Letras e, segundo, porque a precipitação da medida

11 “A resolução do Conselho Federal de Educação de introduzir nas faculdades de Letras uma disciplina denominada Linguística não veio oficializar, pois, uma eventual demanda de um grupo de especialidade bem-sucedido. Ao contrário, precedeu-a. Esta inversão é apenas um reflexo parcial de uma política educacional mais ampla, fortemente intervencionista do Estado na formação do quadro universitário brasileiro em vários momentos de sua história. Herdeira de uma longa tradição profissionalizante, a universidade brasileira depararia a todo o momento com obstáculos formidáveis para abrir um espaço para a pesquisa científica que se fazia na área das chamadas Humanidades, em geral, e da Linguística, em particular. Lembre-se de que foi o Estado que banuiu pela primeira vez a Linguística dos currículos de Letras, no final dos anos 30, quando desativou a Universidade do Distrito Federal, e foi também o Estado que a impôs novamente, nos chamados Currículos Mínimos, através da resolução de 1962. Tendo sido sempre estruturada de forma centralizadora, em função do ensino, a universidade brasileira estava longe de poder propiciar, nos anos 60, condições razoáveis de atividades de pesquisa” (ALTMAN; COELHO, 2009, p. 272).

favoreceria a improvisação e comprometeria o desenvolvimento dos estudos na então nova disciplina (ALTMAN, 1998, p. 115-116).

O depoimento recolhido por Altman (1998, p. 116) dá uma ideia da improvisação em torno da diretriz oficial: “Celso Cunha, então membro do Conselho Federal de Educação, disse a Aryon que não se preocupasse. Não era para ensinar a ciência Linguística aos alunos, mas apenas umas tinturas [...]” (Depoimento anônimo recolhido por Altman em agosto de 1992).

Maria Carlota Rosa resume interpretativamente o que esse movimento político implicou na constituição de uma linguística enviesada e desatenta à realidade do país em relação a suas línguas e sua história universitária.

O Parecer abria espaço para a Linguística, mas timidamente: o espaço surgia na medida em que a Linguística focalizasse os “conhecimentos básicos [...] necessários às línguas vernácula e estrangeira” [grifo e supressão no original aqui citado].

Lá estava o pressuposto de um país monolíngue. Com esse pressuposto alijava-se da Linguística praticada nos cursos de Letras o estudo das línguas nativas do Brasil, das línguas de inigração e afro-brasileiras.

A vinculação da Linguística ao curso de Letras — e a uma determinada conformação que o curso tomava — fechava os olhos para o trabalho que havia começado oficialmente em 1957 na universidade considerada modelo desde a reforma de Francisco Campos em 1931: a criação do Setor de Linguística da Divisão de Antropologia do Museu Nacional [...], já então incorporado à Universidade do Brasil (ROSA, 2021, n. p.).

A publicação do parecer que implantou o novo currículo mínimo para as faculdades de Letras movimentou uma dinâmica social de produção e de legitimação de conhecimento necessária em termos de institucionalização acadêmica. Remanejamentos tiveram de ser feitos, professores, mesmo sem a formação em nível de doutorado, assumiram disciplinas.

Com a obrigatoriedade de implantar uma Cadeira de Linguística, por força do “Currículo Mínimo de Letras”, em 1962, transferiu-se para Marília o Paulo Froehlich [(1925-2006) com formação na área de língua inglesa foi o primeiro professor de linguística da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília], que tinha obtido seu mestrado nessa área, pela Georgetown University, de Washington (Depoimento de Ataliba Teixeira de Castilho publicado em Cedoch, 2001, p. 17).

O impacto gerado pelo Parecer foi, em meio a dificuldades, a formação de pessoal por meio da organização de cursos de pós-graduação e o envio de docentes e estudantes brasileiros ao exterior para estudos em diferentes centros internacionais que então movimentavam a linguística na Europa e nos Estados Unidos. Além dessas iniciativas, houve remanejamento de docentes para diferentes centros universitários, tendo em vista o cumprimento da decisão oficial, e as primeiras iniciativas de criação de departamentos específicos de linguística, como aquele fundado por Aryon Rodrigues em 1963 na Universidade de Brasília.

O fato é que, para o bem e para o mal (o movimento de institucionalização e a falta de profissionais especializados), a linguística foi oficialmente implantada por meio de ação de política pública.

“OS LINGUISTAS AVANÇAVAM ENQUANTO GRUPO”: AS PRIMEIRAS ASSOCIAÇÕES

Os linguistas avançavam enquanto grupo e começaram a cultivar, ao final dos anos sessenta, uma retórica francamente separatista em termos de problemas a investigar e de tarefas a cumprir (ALTMAN, 1998, p. 125).

A institucionalização pelas associações

Na interpretação sociológica de Bourdieu (2004, 2012), a produção de conhecimento científico se dá em meio ao estabelecimento de capitais simbólicos de valor. Isso quer dizer que essa produção deve ser reconhecida como relevante em um tempo histórico e em um espaço social. A partir dessa legitimação, há repercussões no meio científico referentes à produção que podem inserir esse conhecimento e uma prática de pesquisa dele decorrente em programas de investigação, ou mesmo é possível o reconhecimento dessa produção como original, formatando nova abordagem científica.

A legitimação de um conhecimento depende, portanto, do reconhecimento de pares¹². Uma proposta teórico-metodológica precisa ser admitida como tal por uma comunidade de pesquisadores que reconhecem um empreendimento científico como pertinente para a descrição e análise de um objeto de estudo.

Esses pares formam comunidades argumentativas, configurando um grupo de especialidade teórica (mais ou menos abrangente: aqui se pode considerar um grupo bastante amplo definido pela presença de *linguistas* como uma categoria geral, sem subdivisões em subáreas¹³). Nesses grupos, os agentes de produção e recepção do conhecimento se reconhecem como membros de uma mesma organização e, desse modo, promovem a circulação de ideias, os debates, as formas de pertencimento a grupos e a profissionalização de um campo.

Essa profissionalização se dá, entre outros fatores (como a vinculação a centros de pesquisa e ensino), por uma institucionalização que reconhece quem pode ser parte de um grupo e quais são as regras que estabelecem modos de filiação a comunidades de pesquisadores¹⁴.

Nesse sentido, a formação das primeiras associações suprarregionais de pesquisa em linguística no Brasil possibilitou a consciência de uma profissionalização e, conseqüentemente, o reconhecimento do que poderia e deveria ser um linguista no Brasil: o que teoriza, o que descreve e analisa, o que ensina ou o que publica na área¹⁵?¹⁶. Ser linguista, então, é participar de uma agremiação de

12 “Por outro lado, a liberdade do indivíduo só é garantida pela existência de instituições respeitáveis. O delicado equilíbrio entre a imaginação e a crítica, que estimula intelectualmente a Ciência, tem de ter a sua contrapartida na esfera social” (ZIMAN, 1979, p. 129).

13 Ainda que esteja considerando uma ampla comunidade de linguistas, a ressalva de Altman (2021, p. 23) é fundamental: “[...] é difícil falar em uma real comunidade ‘paradigmática’ de linguistas, que compartilhem da ‘mesma’ metalinguagem, ou dos principais objetivos do campo, e que estejam de acordo com um conjunto básico de conceitos e técnicas. É difícil também encontrar convergência entre o que deva ser considerado um problema científico, ou o que seja uma solução relevante em Linguística”.

14 “Nessas condições, é importante, em seguida, para a reflexão prática, o que comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são [...] os princípios do campo. É a *estrutura das relações objetivas* entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer” (BOURDIEU, 2004, p. 23).

15 Neste texto, emprego o termo área como equivalente a *campo* científico, um domínio particular de investigação. Essa área ou campo contempla *subáreas*, diferentes especializações dentro do escopo mais amplo de uma disciplina e domínio de pesquisa.

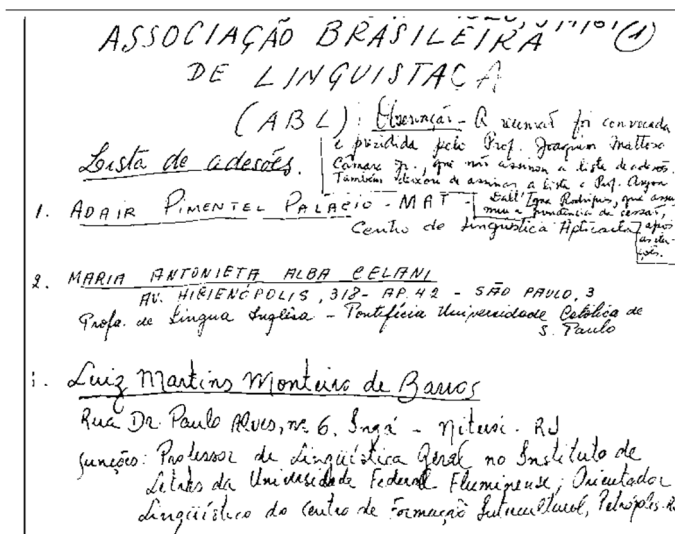
16 “As *sociedades científicas* criam e mantêm canais de comunicação em que são apresentadas e avaliadas as alegações de conhecimento. Cada sociedade organiza a pesquisa numa disciplina [...] ou especialidade [...]. Através dos seus canais, grupos inova-

linguistas. Pertencer a um grupo reconhecido como tal valida o nome desse linguista, seu trabalho e sua atuação científica.

Abralin e SBPL: primeiras associações nacionais de linguística no Brasil

Respondendo a uma convocação de Mattoso Câmara, em 9 de janeiro de 1969, reuniram-se na capital paulista 65 pesquisadores e professores interessados em fazer parte do que seria a primeira associação suprarregional de linguistas brasileiros: a Associação Brasileira de Linguística (ABL). A associação passaria a ser denominada Abralin a partir de 1979.

Figura 2 – Imagem ilustrativa da lista de adesão à Abralin em 1969

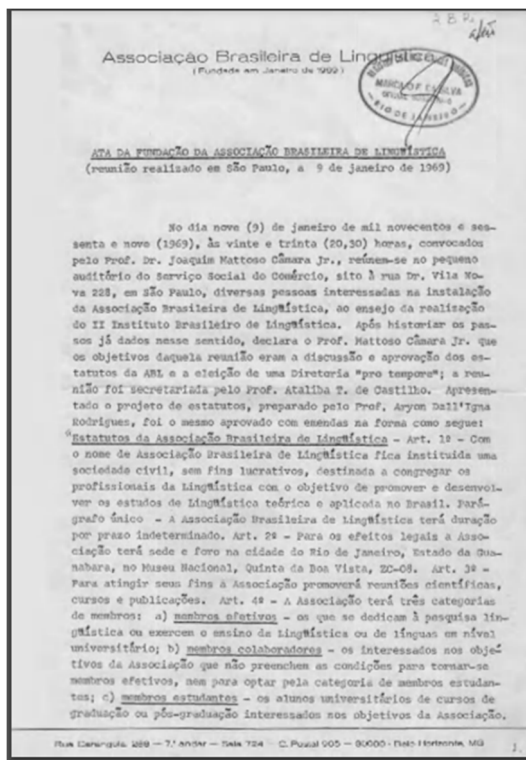


Fonte: Fotografia tirada pelo autor deste artigo a partir de documento disponível no acervo da Abralin¹⁷.

O objetivo era a proposição e discussão de estatutos e a eleição de uma diretoria. Ações que dariam início à associação que definia como diretrizes: reunir linguistas em um grupo assumido e institucionalizado como tal; fomentar e desenvolver estudos em linguística teórica e aplicada; promover a realização de eventos científicos; divulgar cursos e publicações. Tarefas comuns a grupos que pretendem unificar estratégias de reconhecimento de um campo ativo na produção e na circulação de conhecimento em uma área específica.

dores, comunicando de um modo informal dentro de sua própria esfera, levam programas concorrentes de pesquisa à atenção dos membros. As associações profissionais controlam o ingresso nas sociedades, defendem a ética profissional e representam a profissão junto ao público" (KNELLER, 1980 p. 183).

¹⁷ Disponível em: <https://www.abralin.org/site/acervo/>. Acesso em: 9 fev. 2022.

Figura 3 – Imagem ilustrativa da Ata de Fundação da Abralin em 1969

Fonte: Fotografia tirada pelo autor deste artigo a partir de documento disponível no acervo da Abralin.

A definição de ações vinha acompanhada, como nos informa a primeira Ata da Abralin (divulgada, entre outros meios, no seu *Boletim 16*, de 1994), do estabelecimento de critérios de pertencimento à associação: quem pode participar do grupo será aquele(a) reconhecido(a) oficialmente como um(a) linguista no Brasil (ou em diálogo próximo com esse profissional linguista).

Pertencer a uma associação de linguistas no último ano da década de 1960 no Brasil seria apresentar como características: atuar na pesquisa e/ou docência em linguística ou em línguas no ensino universitário (membro efetivo); ser aluno(a) de graduação ou pós-graduação (membros estudantes); estar interessado(a) nos propósitos da associação sem fazer parte dos grupos apontados (membros colaboradores).

A filiação à Abralin seguia com rigor o que muitos estudos em sociologia da ciência apontam como pertencimento a grupos legitimados como tal. Para se candidatar a membro, era necessária a indicação de dois membros já filiados à associação. Pertencer era ser considerado pelos pares como alguém com potencial para colaborar com a comunidade que se formava e pretendia ser uma imagem da linguística brasileira.

Figura 4 – Lista de sócios-fundadores da Abralín

SÓCIOS FUNDADORES DA ABRALIN	
.Aage Johannes Hald Madsen (Embaixada dos EUA)	.Luiz Martins Monteiro de Barros (UFF)
.Ada Natal Rodrigues (USP)	.Maria Alzenira Palit dos Anjos (PB)
.Adair Pimentel Palácio (Instituto de Idiomas Yázigí)	.Maria Antonieta Alba Celani (PUC-SP)
.Adriano da Gama Kury (UnB)	.Maria da Saleta Borges M. de Melo (PB)
.Albino de Bem Vetiga (UFRGS)	.Maria das Neves Cunha (PB)
.Annetta Rezende de Rezende (FFCL-Marília/SP)	.Maria do Amparo Barbosa de Azevedo (Centro de Linguística Aplicada "Sedes Sapientiae"-SP)
.Antonio Carlos Quicoli (USP)	.Maria Tereza Biderman (FFCL-Marília/SP)
.Aryon Dall'Igna Rodrigues (Museu Nacional-RJ)	.Maria Zélia Simonetti (SP)
.Ataliba T. de Castilho (FFCL-Marília/SP)	.Mário Sífredo Klassmann (UFRGS)
.Carlos de Assis Pereira (FFCL-Assis/SP)	.Mauro Rubens de Barros (Instituto de Idiomas Yázigí)
.Carlos Eduardo Falcão Uchôa (UFF)	.Mônica Paula Rector (PUC-RJ)
.Carlota da Silveira Ferreira (UFBA)	.Nadja Andrade (UFBA)
.Célia Castor Monteiro (PB)	.Nelson Rossi (UFBA)
.Célia Marques Telles (UFBA)	.Nilton Vasco da Gama (UFBA)
.Cléa Rameh (Georgetown University)	.Odette Altmann de Souza Campos (FFCL-Araraquara/SF)
.Cleusa Menezes Pereira Gomes (UFPB)	.Paulo Augusto Adalberto Froehlich (FFCL-Marília/SP)
.Clóvis Barleta de Moraes (FFCL-Marília/SP)	.Regina Maria Bernardi (SP)
.Fernando Silva (Instituto de Idiomas Yázigí)	.Robert Preis (USP)
.Flávio Vespasiano di Giorgi (FFCL "Sedes Sapientiae"-SP)	.Rollin Vernon Weeks (Summer Institute of Linguistics-U)
.Francesca Cavalli (USP)	.Rosa Virginia Mattos e Silva (UFBA)
.Francisco Gomes de Matos (Instituto de Idiomas Yázigí)	.Sandra Musser Leite (UFBA)
.Geraldo Cintra (Instituto de Idiomas Yázigí)	.Shigemizu Abe (SP)
.Hilário Indácio Bohn (PUC-RGS)	.Silvio Elia (PUC-RJ e UnB)
.Jacyrá Andrade Mota (UFBA)	.Suzana Alice Marcelino Cardoso (UFBA)
.João Alves Pereira Penha (FF-Franca/SP)	.Theodoro Henrique Maurer Jr. (USP)
.Joaquim Mattoso Câmara Jr. (UFRJ)	.Therese Leal Gonçalves Pereira (UFBA)
.José Lourenço de Lima (UFPE)	.Tirza Pinheiro Lins (PB)
.José Pereira de Almeida (PB)	.Vera Lúcia Brito Gomes (UFBA)
.Joselice de Andrade Macedo (UFBA)	.Waldemar Antonio Mendes (MG)
.Judith Mendes de Aguiar Freitas (UFBA)	.Waldemir L. de Andrade (UFPB)
.Jurn J. Philipson (USP)	.Yonne de Freitas Leite (Museu Nacional-RJ)
.Leila Bárbara (PUC-SP)	
.Lícia Regina Moreira de S. da Fonseca (UFBA)	
.Lineide do Lago Salvador (UFPE)	

Fonte: Fotografia do autor deste texto da lista divulgada no *Boletim da Abralín* 16 (p. 17-19).

A criação de uma associação exclusiva de linguistas no final dos anos 1960 foi, dessa maneira, o ponto de chegada de um processo contínuo de institucionalização de um grupo de estudiosos que já se percebiam linguistas. Tanto é que em 1969, ano da fundação da Abralín, realizavam-se simultaneamente em São Paulo o III Instituto Interamericano de Linguística e o II Congresso da ALFAL, o que significou uma concentração excepcional de pesquisadores de vários pontos do país interessados em marcar, oficialmente, a existência de uma Linguística Brasileira autônoma. E, de fato, criou-se oficialmente a Abralín (então ABL), tendo como primeiro presidente Aryon Rodrigues (1925-2014); secretário, Francisco Gomes de Matos; tesoureiro, Marta Coelho e, como conselheiros, Mattoso Câmara (1904-1970), Nelson Rossi (1927-2014), Ataliba Teixeira de Castilho, Jurn Philipson (1920-2015), Geraldo Lapenda (1925-2004) e Isaac Nicolau Salum (1913-1993) (ALTMAN, 2019, n. p.).

Da fundação a sua atuação efetiva, haveria um intervalo até o ano de 1973. Entre outros motivos, a morte de Mattoso Câmara em 1970 também seria um fator que contribuiria para a interrupção das atividades da Abralín. A rigor, as duas associações têm início praticamente no mesmo período: Abralín em 1973 com início de fato; SBPL com início em 1972.

[...] a Abralín não atuou logo após sua fundação, em 1969, e o início efetivo do mandato da primeira diretoria, em 1970. Não se registrou a nova associação, deixou-se caducar o mandato da Diretoria, sem convocar novas eleições. [...] Num evento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que se realizava em Florianópolis, em 1973, procurado pelos sócios presentes, Nelson Rossi preparou a ressurreição da Abralín, organizando a eleição da nova Diretoria [...] (CASTILHO, 2019, p. 24-25).

Assim, a Abralin passou a ser uma associação em funcionamento com sua nova presidente, Ângela Vaz Leão, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): “ela foi, de fato, o primeiro Presidente da Abralin, fazendo tudo o que deveria ter sido feito: registro da associação, organização de reuniões científicas, e a convocação de eleições [...]” (CASTILHO, 2019, p. 24-25).

Recuperando a lista de sócios-fundadores em 1969, é compreensível o impacto que a Abralin começaria a gerar no início de suas atividades, apesar do intervalo temporal até sua efetiva atuação como associação nacional.

Os principais linguistas em atuação, de alguma maneira, na incipiente linguística brasileira, estavam na lista¹⁸: Mattoso Câmara (o primeiro professor da *disciplina* Linguística na memória da linguística brasileira, com sua curta e interrompida atuação – pelo fechamento da instituição pela administração municipal – na Universidade do Distrito Federal em 1938-1939; na época vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ]); Aryon Rodrigues (que fundaria o primeiro curso de mestrado em linguística na Universidade de Brasília, mas que na época estava vinculado ao Museu Nacional – UFRJ); Francisco Gomes de Mattos (com atuação no Centro de Linguística Aplicada do Instituto de Idiomas Yázigí, que daria importante suporte para as atividades da Abralin nos momentos iniciais da associação); Nelson Rossi (1927-2014) (que se destacava a partir da Universidade Federal da Bahia [UFBA] com trabalhos em fonética e dialetologia do português); Theodoro Henrique Maurer Jr. (1906-1979), que, apesar de não assumir o crachá de linguista, muito fez pela ciência da linguagem do Brasil (seja em suas aulas de filologia românica na Universidade de São Paulo [USP], seja incentivando alunos a perseguirem o caminho da linguística), não à toa ele figurava entre os sócios-fundadores.

Ainda compunham a lista linguistas de outra geração que dariam continuidade à ciência da linguagem no Brasil nos férteis anos 1970 (com destaque para Ataliba Teixeira de Castilho). Nessa década, haveria o funcionamento regular dos cursos de pós-graduação, os intercâmbios internacionais, as publicações em revistas, as teses defendidas, os departamentos e cursos de linguística se institucionalizando. Esse resultado pode ser creditado também ao intercâmbio entre veteranos e jovens na constituição da Abralin.

Ali estavam pesquisadores e professores – seniores e juniores – das diferentes áreas de estudo da linguagem convocados pelo professor Joaquim Mattoso Câmara Jr. e interessados na instalação da Associação Brasileira de Linguística. Nascia a ABRALIN, acalentada pelos braços de sessenta e cinco signatários da Ata de Fundação (CARDOSO, 2009, p. 137).

O clima de opinião para a formação de uma associação nacional de linguistas era favorável para a constituição da Abralin. Os ares dos anos 1960, como destacado por Altman (1998) e Sugiyama Jr. (2020), eram favoráveis a esse empreendimento. O depoimento de Ataliba Teixeira de Castilho reforça essa interpretação com sua visão em primeira pessoa, a daquele que efetivamente participou do clima de opinião.

¹⁸ Altman (1998, p. 162) aponta que um dos fatores que permitiu a fundação da Abralin foi a associação em diferentes iniciativas de Mattoso Câmara, Aryon Rodrigues e Francisco Gomes de Mattos. Seriam eles os linguistas dos anos 1960, inclusive conseguindo apoio financeiro de instituições como o Instituto Yázigí e a Ford Foundation.

A ideia da fundação de uma associação de linguistas vagava por nossas mentes no final dos anos [19]60, mas a coisa tomou forma mesmo em Marília-SP, cuja Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras sediou, em 1967, o Primeiro Seminário de Linguística de Marília. [...] No encerramento do Seminário de Marília, a animação era muita, todo mundo fazendo cara de quero mais. Tinha chegado a hora de fundar associações regionais de Linguística, e uma associação nacional (CASTILHO, 2009, p. 73-74).

Não à toa, diferentes eventos seriam realizados nesse período, como a preparar o espírito para que uma agremiação nacional fosse enfim proposta. No mesmo mês, ano e local de fundação da Abralín, foi fundado o Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL), no qual Ataliba Teixeira de Castilho, um dos sócios-fundadores da Abralín, teria participação fundamental, sendo seu primeiro presidente. Além do GEL, também em 1969, foram realizados em São Paulo o II Instituto Brasileiro de Linguística, o III Instituto Interamericano de Linguística e o II Congresso da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (Alfal). Isso sem contar, na mesma década, a presença dos Seminários de Linguística de Marília (com atuação organizacional e intelectual marcante de Ataliba Teixeira de Castilho) e os Seminários do Yázigi (por meio de contribuição decisiva de Francisco Gomes de Mattos, o linguista da instituição de ensino de línguas na época). “A criação de uma associação exclusiva de linguistas no final dos anos 1960 foi, dessa maneira, o ponto de chegada de um processo contínuo de institucionalização de um grupo de estudiosos que já se percebiam linguistas” (ALTMAN, 2019, n. p.).

No final da década de 2010, a Abralín completou 50 anos de atuação. Em livro com memórias de todos os seus presidentes ou de linguistas que relembra ram atuação de presidentes já falecidos, feitos da associação ficaram registrados historicamente (cf. OLIVEIRA JR., 2019; BATISTA, 2021).

Ao apontar resultados daquela iniciativa de 1969, são recuperados via memória dos seus presidentes ou colaboradores das diretorias aspectos que definem a essência da associação¹⁹: 1. o destacado aumento de participantes a cada gestão; 2. os institutos com cursos ministrados por professores nacionais e estrangeiros, reforçando um dos primeiros compromissos da Abralín com a formação intelectual dos linguistas em diferentes subáreas da linguística; 3. os congressos, com conferências, mesas-redondas, simpósios, painéis, que, ao longo dos anos, mostram a vitalidade da associação; 4. a importância que ao longo dos anos vai ganhando a participação política da Abralín nos fóruns de debate científico e nos espaços políticos institucionais; 5. a preocupação com a língua das minorias – essa vertente de atuação sempre esteve em destaque, seja nas primeiras iniciativas de Aryon Rodrigues em relação às línguas indígenas brasileiras, seja nas recentes iniciativas de inclusão da língua brasileira de sinais (Libras) como objeto legítimo de estudo da ciência da linguagem; 6. o papel que a associação pode ter na difusão dos alcances obtidos na linguística “pura” ao longo dos anos em problemas educacionais do ensino básico e na divulgação do conhecimento científico em ciência da linguagem; 7. a preocupação em valorizar as diferentes subáreas da linguística, sejam as consideradas como “linguística dura”, sejam as que, com suas interdisciplinaridades, destacam aspectos referentes à comunicação, à variação, ao discurso, ao texto, à cultura.

¹⁹ Nesse e no próximo parágrafo, retomo algumas considerações feitas em resenha do livro comemorativo da Abralín (cf. BATISTA, 2021).

A Abralín consolidou-se como uma agremiação brasileira de linguistas. Seus encontros são correntes e as diretorias foram diversificadas (teórica e regionalmente). Além disso, ofereceu e oferece cursos durante seus institutos de verão e os encontros bianuais. Também publicou boletins informativos, estabeleceu parcerias com editoras e revistas especializadas até lançar, em 2002, seu próprio periódico e, em 2021, sua própria editora.

Entre os destaques de sua presença no cenário nacional, está a força-tarefa que a associação representou com cursos, mesas-redondas e conferências *on-line* durante os anos 2019-2021, período em que a vida acadêmica e científica ficou paralisada diante da pandemia da Covid-19. A Abralín também vem atuando com expressividade no que diz respeito a posicionamentos de política linguística, científica e acadêmica, muitas vezes em parceria com outras associações, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), desde 1974.

Também com pretensões de ser uma associação nacional, a SBPL iniciou suas atividades no início da década de 1970. Com sede no Departamento de Linguística da USP, espaço institucional na época liderado por Cidmar Teodoro Pais (1940-2009), foi fundada em 1972. Personalidade controversa para muitos linguistas que o sucederam no departamento, Pais, no início da década de 1970, esteve diante de ações institucionais e intelectuais que criaram o bacharelado e a pós-graduação em linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (cf. ALTMAN, 1998; SANTOS, 1994).

A associação que fundou nascia, conseqüentemente, atrelada ao departamento que ele organizara e que por muito tempo coordenou, e tinha como endereço de sua sede o Departamento de Linguística da USP. A SBPL nascia com vocação suprarregional, com membros de diferentes estados do Brasil assumindo posições na diretoria e nos conselhos.

Figura 5 – Fragmentos da súmula do Estatuto da SBPL, divulgado no primeiro número da revista *Acta Semiotica et Linguistica*, em 1977

SÚMULA DO ESTATUTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PROFESSORES DE LINGÜÍSTICA — SBPL

TÍTULO I — *Da Constituição e Sede*

Art. 1.º — A Sociedade Brasileira de Professores de Linguística, a partir de agora simplesmente denominada SBPL, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em São Paulo, Capital, que congrega professores de linguística do Ensino Superior e Médio, bem como outros profissionais, conforme as condições estabelecidas neste Estatuto.

§ 1.º — A SBPL promoverá a formação de Seções Regionais, conforme estabelece o Art. 48 e seguintes, congregando os sócios da mesma região sócio-cultural, para maior eficiência na consecução dos objetivos da Sociedade, e para que a mesma abranja de fato todo o território nacional.

Art. 3.º — A SBPL buscará a agregação e/ou intercâmbio com outras Entidades semelhantes, nacionais ou estrangeiras, bem como com Entidades do campo relacional da Linguística.

TÍTULO III — *Dos Sócios*

Art. 7.º — A SBPL compreenderá as seguintes categorias de sócios: a) sócios fundadores; b) sócios efetivos; c) sócios agregados; d) sócios honorários; e) sócios beneméritos.

Art. 9.º — Poderão ser admitidos como sócios efetivos:

a) Professores universitários da área de Linguística e das áreas afins (relacionados no § único do art. 4.º) interessados nos estudos lingüísticos.

b) Professores pós-graduados em Linguística.

c) Professores secundários, com licenciatura plena em Linguística.

d) Professores licenciados em Letras, com licenciatura plena, que tenham três anos, no mínimo, de experiência docente de Linguística no Ensino Médio (2.º grau).

Art. 10 — Poderão ser admitidos na categoria de sócios agregados:

a) Os professores licenciados em Letras ou áreas afins não incluídos no artigo anterior.

Art. 11 — A admissão de sócios efetivos e agregados far-se-á mediante requerimento do interessado, proposto por dois sócios efetivos ou fundadores, dirigido à Diretoria. (...)

Fonte: Fotografia do autor deste artigo a partir de acervo pessoal.

A SBPL teve na figura de Eurípedes Simões de Paula (1910-1977) seu principal incentivador e presidente de honra. Deve-se o espaço institucional na sociedade a de Paula por ser ele o vínculo da associação com a SBPC: “graças ao incentivo do Professor Doutor Simão Mathias, que manifestou interesse em que a Linguística estivesse presente em suas reuniões anuais [da SBPC]”, como informa a súmula histórica (ACTA SEMIOTICA ET LINGVISTICA, 1977, p. 177). No entanto, historicamente, é a figura de Pais que sobrepõe a do presidente de honra.

Foi ele o presidente da primeira diretoria no biênio 1972-1974, que ainda contou no seu quadro com: Carlos Drumond (1919-1997), Mônica Rector, Lia Pereira Jardim nas vice-presidências; José Jorge Peralta e Erasmo D’Almeida Magalhães na secretaria; Geraldo Mattos Gomes dos Santos (1931-2014) e Antônio Suárez Abreu na tesouraria; e, como conselheiros (consultivos e fiscais), Eurípedes Simões de Paula, Geraldo Cintra (†2021), Eni de Lourdes Orlandi, Tibério de Souza Filardi, Maria Ângela Russo Abud, Maria Aparecida Barbosa (1940-2019), João Jorge Peralta e José Gramúglia.

Em termos de representatividade intelectual de membros dessa primeira diretoria, uma observação mais geral é a que reforça a característica menos abrangente da SBPL em termos geográficos e teóricos.

Da própria USP, sede da associação, estava não apenas Pais, mas Carlos Drumond, Erasmo Magalhães, Geraldo Cintra, Antônio Suárez Abreu, Eni Orlandi, José Jorge Peralta, Maria Aparecida Barbosa. Em termos organizacionais, um número considerável, que tornava a diretoria, em sua primeira versão, uma filial acadêmica e intelectual da universidade paulistana.

Esses nomes e outros da primeira diretoria teriam destinos diversos na história da linguística brasileira. Drumond e Magalhães fizeram história como nomes importantes no estudo das línguas indígenas brasileiras. Geraldo Cintra teria sua imagem mais vinculada à de um professor respeitado da USP. Eni Orlandi seria um dos principais nomes da análise do discurso de linha francesa no Brasil e Maria Aparecida Barbosa faria parceria intelectual, organizacional e afetiva com Pais, marcando seu nome nos estudos do léxico e da terminologia. Geraldo Mattos atuaria no ensino de língua na educação básica (com livros didáticos publicados) e seria um dos nomes da iniciativa teórica da gramática construtural nos anos 1970 ao lado de Eurico Back (1923-2003).

Os objetivos da SBPL eram promoção, divulgação e ensino da ciência da linguagem; auxílio a pesquisas (puras e aplicadas); filiação de linguistas a grupos de especialidade; relacionamento com outras entidades científicas (como a Abralín e o GEL); fomento à publicação (que ocorreu de fato com os dois periódicos vinculados à associação: *Revista Brasileira de Linguística*, lançada em 1974, e *Acta Semiotica et Linguística*, lançada em 1977).

Assim como a Abralín, a SBPL fez da SBPC um dos seus canais de divulgação de pesquisa. Essa vinculação era também estratégia para firmar posição no cenário nacional, legitimando, desse modo, uma atuação como científica. Dos encontros da SBPC, a SBPL participou com simpósios, mesas-redondas e comunicações em 1972 (data do I Encontro de Professores de Linguística), 1973, 1974, 1975, 1976 e assim continuamente.

Em comunicação publicada nos números 18/19 (1972/1973) da revista *Alfa*, Pais manifestava sua preocupação com a formação específica em linguística, o que, conseqüentemente, poderia impactar numa formação posterior de professores de linguística, sua preocupação na criação da associação a que esteve vinculado como líder organizacional.

Enquanto não dispusermos de uma licença de Linguística, teremos de aceitar como material de trabalho as pessoas formadas em Letras e que tiveram às vezes um ano de Introdução à Linguística com três aulas semanais. Na USP temos dois anos de Linguística no curso de graduação, o que não é suficiente para permitir um curso de Pós-Graduação que não seja de iniciação. Nós não temos um curso propedêutico como o Rio de Janeiro, temos um regime de adaptação, realizado no curso de graduação, em geral no quarto ano de Linguística (PAIS, 1972/1973, p. 478).

Em posicionamento distinto daquele assumido pela Abralín em 1969, a associação criada por Pais tinha como preocupação reunir professores de linguística. Tal seletividade não excluía professores de áreas correlatas (como língua portuguesa e línguas estrangeiras): “é uma entidade civil que congrega professores de Linguística e áreas afins”, como informa a súpula histórica divulgada na *Acta Semiotica et Linguistica* (1977).

Altman e Coelho (2009)²⁰ contrapõem Abralín e SBPL nessa delimitação do que seria ser um associado a cada grupo. Ao definir diferentes exigências, definiam-se rumos distintos para associações de linguistas. A imagem da linguística brasileira, já em seus primeiros momentos de institucionalização, é uma imagem fragmentada. Esse aspecto só se amplifica nos anos seguintes aos dos estabelecimentos das primeiras associações, com a formação dos mais variados grupos de especialidade teórica.

Maria do Socorro Aragão fazia parte do grupo de linguistas que orbitavam em torno de Pais, tendo sido por ele orientada na pós-graduação. De sua convivência com o linguista, deriva sua perspectiva a respeito da SBPL. A associação nasceu em torno de Pais, seus colegas mais próximos e alunos. São deles principalmente a percepção positiva da fundação e a atuação da SBPL.

Foi nesse período [anos 1970] que o Prof. Cidmar criou, com um grupo de professores e alunos da pós-graduação, a Sociedade Brasileira de Professores de Linguística (SBPL), que ele dirigiu por muitos anos e que segue dando apoio [em 2011] especialmente aos novos professores de linguística de todo o país. Outra grande iniciativa de Cidmar foi a criação da Revista Brasileira de Linguística e da revista Acta Semiotica et Linguistica, ainda em plena atividade, com um corpo editorial da mais alta categoria, nacional e internacional (Depoimento de Maria do Socorro Silva Aragão em 2011²¹).

A criação da SBPL foi um marco nos estudos linguísticos em nosso país. A SBPL deu um novo impulso nos estudos linguísticos, não só em nosso país como em todo o mundo. Em 1977, quando fui à França para o meu pós-doutorado, a SBPL era conhecida por professores como Bernard Pottier, Patrick Charaudeau e Rose Mari Simoni, que inclusive estiveram na USP. Em 1979, quando fui à Espanha, para outro pós-doutorado, a SBPL também era conhecida e professores de lá

20 “Rodrigues sugeriu que deveriam ser considerados membros efetivos da associação que então se formava aqueles que, entre outros quesitos, tivessem publicado trabalhos dentro da especialidade e/ou lecionado a matéria. Nesta ordem. Ser apenas professor de Linguística não era suficiente [...]. Não teria sido totalmente por acaso, pois, que a segunda sociedade científica criada no país pela iniciativa de Cidmar Teodoro Pais [...], em 1972, a Sociedade Brasileira de Professores de Linguística (SBPL), ostentava no nome o título de ‘professores de Linguística’. Ao menos formalmente, o mundo profissional brasileiro dos estudiosos da linguagem marcava suas diferenças entre os *linguistas* da Abralín, e os *professores de Linguística* da SBPL” (ALTMAN; COELHO, 2009, p. 273-274).

21 Disponível em: <https://1library.org/document/yrovrl7y-entrevista-profa-maria-socorro-aragao-dialoga-semiotica-linguistica.html>. Acesso em: 8 fev. 2022.

também estiveram na USP, inclusive Manuel Alvar. Em 1980 ainda fui aos Estados Unidos para meu terceiro pós-doutorado, e a SBPL era também conhecida. Assim, a fundação da SBPL foi muito importante para os estudos linguísticos brasileiros (Depoimento pessoal em 23/02/2022).

Por outro lado, há opiniões mais reticentes em relação à SBPL e ao que ela representou para a comunidade de linguistas brasileiros: “Conheci Cidmar e com ele interagi. Sabia da atuação da entidade, mas não a apoiei nem dela participei, porque integrava a Abralín” (Depoimento pessoal em 16/02/2022).

A associação teve uma atuação mais restrita, até porque já havia duas associações de peso: o GEL e a Abralín. Outro grupo especificamente voltado para professores de linguística parecia ser não só excludente como também “a mais” diante do cenário incipiente de institucionalização da linguística nacional.

Os esforços de legitimação acadêmica necessitam de uma relação de implicação com arranjos sociais mais amplos, que garantam resultados bem-sucedidos em escala abrangente e não apenas restritos a um grupo específico (como o formado entre professor e alunos e interlocutores intelectuais mais próximos).

Soube, sim, da Sociedade, graças aos esforços de divulgação promovidos pelo Cidmar. À época, já tinha sido criado o Grupo de Estudos de Linguística do Estado de São Paulo (GEL, desde 1969) e a Associação Brasileira de Linguística (Abralín, desde 1970). Achei que uma instituição a mais – em tempos de tão escassos linguistas – poderia dispersar os interesses, e por isso, não vi a necessidade de se criar uma terceira associação (Depoimento pessoal em 16/02/2022).

Tive, sim, notícia da SBPL. Mas a ela não me filiei, nem guardo dela uma lembrança mais concreta. A publicação de uma revista, se não me falha a memória (Depoimento pessoal em 22/02/2022).

Fortemente vinculada a uma figura de líder – a de Cidmar Pais –, a SBPL perderia sua capacidade motriz com o falecimento em 2009 de seu nome principal. Dela, poucas lembranças diante do impacto que a Abralín exerceu como instituição de fato nacional de linguistas brasileiros.

Não tenho certeza, mas creio que foi quase ao final da vida de Cidmar [que a associação se manteve ativa]. Ele dedicou grande parte de sua vida ao desenvolvimento da SBPL. Outra grande coisa que Cidmar fez junto com a SBPL foi a criação da revista Acta Semiotica et Linguística, que ainda está ativíssima, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria de Fátima Barbosa de Mesquita, da UFPB, que foi orientanda de Cidmar também (Depoimento pessoal em 23/02/2022).

É possível apontar distinções entre as associações a partir de alguns critérios de observação: 1. representatividade nacional e impacto exercido na linguística brasileira; 2. lideranças organizacionais; 3. diversidade teórica dos membros.

Em termos de representatividade e impacto, sem dúvida, há uma diferença entre Abralín e SBPL. Pais fundou uma associação em torno de sua própria figura: estavam ao seu redor seus contatos mais próximos e alunos e ex-alunos²². Sua presença como diretor da SBPL por vários mandatos impede que a associação deixe de ser vista como extremamente vinculada a uma única liderança

²² “Eu estava na USP fazendo mestrado e doutorado sob a orientação de Cidmar e participei ativamente na organização e estruturação da SBPL, juntamente com outros alunos da USP” (Depoimento pessoal em 23/02/2022).

organizacional. Já a Abralín teve diretorias muito diversificadas ao longo dos seus anos de atuação, e o seu grupo fundador inicial também era heterogêneo em termos regionais e intelectuais, a ponto de não se poder falar de uma única liderança organizacional ou intelectual na associação.

Esse aspecto leva imediatamente à diversidade teórica presente nas duas associações. A Abralín de fato incorporou linguistas de diferentes tendências teóricas presentes na lingüística brasileira. A SBPL, ao contrário, pareceu reproduzir os interesses intelectuais de seu fundador e diretor: uma semiótica francesa foi, muitas vezes, a subárea dos estudos lingüísticos privilegiada a aglutinar participantes e a estar presente nas publicações da associação, ainda que outras subáreas tivessem menor presença. A descrição de Naro da lingüística brasileira de 1970 corrobora essa interpretação no comentário sobre a publicação periódica na ciência da linguagem da época.

Um novo periódico acaba de aparecer, a Revista Brasileira de Lingüística, publicada sob os auspícios da Sociedade Brasileira para Professores de Lingüística, a mais recente e menor das duas associações de lingüística existentes no Brasil. A outra é a Associação Brasileira de Lingüística, fundada por Mattoso Câmara. É muito difícil discernir diferenças substanciais entre os dois grupos, embora haja uma marcante concentração de seguidores de Greimas na Sociedade Brasileira para Professores de Lingüística (NARO, 1976, p. 99).

Com suas distinções, as duas associações estão inseridas no clima de opinião que viu implantada a ciência da linguagem no Brasil, diante de todas as dificuldades em relação à falta de profissionais qualificados para dar conta de uma demanda de política pública.

À diretriz pública de 1962, uma série de estratégias de formação de pessoal foi definida (implantação de cursos de pós-graduação, envio de alunos e jovens professores para estudos em universidades estrangeiras, cursos de extensão). Dentre essas estratégias, a formação de associações foi outra ação na consolidação do que se percebia ser um linguista no Brasil e quais deveriam ser as tarefas desse cientista.

Abralín e SBPL atuaram de modos diferentes e tiveram fixadas na memória histórica institucional também diferentes imagens. Depoimentos aqui apresentados apontaram para uma opção entre Abralín e SBPL, já que houve a consideração de que as duas associações estavam em busca dos mesmos ideais. De um suposto jogo de forças, sem dúvida, a Abralín saiu vencedora. A presença forte da Abralín no cenário lingüístico atual contrasta com o fim de uma SBPL com a morte daquele que foi seu líder.

Não à toa, a interpretação de Altman reforça a imagem histórica de distância entre as duas associações, que tomaram para si a tarefa de congregar nacionalmente os linguistas brasileiros naqueles anos de 1960 e 1970.

Ambas as associações, ABRALIN e SBPC – e respectivas seções regionais – passaram a promover cursos, encontros, conferências e suas reuniões anuais na SBPC, em paralelo. Embora grande parte do corpo de professores-pesquisadores em Lingüística do país tenha constado, durante os anos setenta e parte dos anos oitenta, do elenco de sócios de ambas as associações, seus respectivos líderes, até onde pude verificar, nunca compartilharam das mesmas mesas (ALTMAN, 1998, p. 165).

“ANTEVEMOS O APARECIMENTO DE UMA BIBLIOGRAFIA”: MANUAIS BRASILEIROS DE LINGUÍSTICA

Antevemos o aparecimento de uma bibliografia que reflita o pensamento coletivo, que traduza, enfim, a experiência de professores e lingüistas que se preocupam com o problema (CASTILHO, 1965, p. 152).

*Legitimação do conhecimento pela divulgação didática*²³

A ação de pesquisadores em busca da legitimidade de seus esforços acadêmicos coloca a produção científica em meio a uma série de processos sociais que materializam capitais de troca, determinando o que será reconhecido e o que será negado como conhecimento válido²⁴.

Sendo assim, a retórica dos linguistas e o dialeto técnico adotado, configurando a metalinguagem de um campo de pesquisa e ensino, colaboram para criar uma imagem de cientificidade.

No entanto, nada disso tem valor se o grupo de especialidade não for capaz de divulgar seus conhecimentos e, nesse ponto, a escrita de manuais de introdução ao pensamento de um grupo é importante para que novas gerações sejam persuadidas pela retórica adotada por uma comunidade de pesquisadores. Portanto, o manual didático atua como forma de comunicação de resultados e cria uma literatura específica do grupo, do programa e da comunidade científica e educacional em geral, uma vez que atua na transmissão de conhecimentos.

O gênero manual didático apresenta algumas particularidades, sobretudo porque ele é uma forma de ação social, elaborada por uma cultura específica, tendo em vista a comunicação e a interação entre indivíduos com propósitos delimitados, direcionadores do contato entre gênero e seus usuários.

Parte de um domínio discursivo mais amplo, o instrucional, do campo científico e educacional, os manuais são resultantes do trabalho de instituições e associações específicas (às quais seus autores são vinculados) e veiculam, como gênero, formações discursivas que delineiam as formas de saber que cada autor dos textos que compõem os livros assumiu como válidas em um momento histórico.

A definição de manual como gênero é algo problemático, uma vez que o próprio livro contém diferentes gêneros, como texto explicativo, exercícios, tabelas, gravuras, índices, instruções, sumários etc. No entanto, assume-se aqui essa classificação para que se possa perceber, essencialmente, que o manual exerce uma função específica em um processo comunicativo caracterizado por afirmações e negações de saberes, estabelecidos nas seletividades teóricas que cada livro revela, indicando influências e formas de continuidade ou ruptura com conhecimentos científicos. O manual também atua como veículo dos diálogos que o grupo pretende estabelecer com outras comunidades e outros pesquisadores. Ele permite, portanto, mapear o chamado argumento da influência.

²³ Retomo considerações presentes em Batista (2010).

²⁴ “Os campos são o lugar de duas formas de poder que correspondem a duas espécies de capital científico: de um lado, um poder que se pode chamar temporal (ou político), poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas, direção de laboratórios ou departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação etc., e ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos etc.) e de reprodução (poder de nomear e de fazer as carreiras) que ela assegura. De outro, um poder específico, ‘prestígio’ pessoal que é mais ou menos independente do precedente, segundo os campos e as instituições, e que repousa quase exclusivamente sobre o reconhecimento, pouco ou mal objetivado e institucionalizado, do conjunto de pares ou de fração mais consagrada dentre eles” (BOURDIEU, 2004, p. 35).

O manual, por meio de sua retórica, de sua metalinguagem e de suas formas de apresentação, organiza e difunde uma imagem ideal de ciência e de pesquisador, projetando para o leitor e seu autor uma visão universal, integral e praticamente inquestionável para o texto produzido, que, por ser objeto do processo pedagógico, cria um espaço atemporal, não consciente da história e das formulações e reformulações pelas quais o conhecimento passa.

Indefinições, rupturas, discussões e revisões de temas de um campo científico não fazem parte, pelo menos numa visão tradicional, do discurso do manual, que provoca um apagamento das controvérsias e funciona como discurso homogêneo, transmitindo, portanto, uma imagem ideal de cientificidade que um grupo quer ver próxima a ele na divulgação de suas ideias: “Podemos citar, por exemplo, o material didático, que tem esse caráter de mediação e cuja função sofre o processo de apagamento” (ORLANDI, 2006, p. 22)²⁵.

Na história da linguística brasileira, o manual clássico de introdução ao campo é o de Mattoso Câmara, *Princípios de linguística geral*, publicado em 1941 pela Livraria Briguiet – após circulação, na década anterior, em forma de fascículos na *Revista Cultura* (ALTMAN, 1998).

Na linguística na década de 1960, havia uma discussão sobre que manuais usar para ensinar ciência da linguagem no Brasil. Uma bibliografia mínima para professores de Linguística foi sugerida por Ataliba Teixeira de Castilho em 1965. Veja-se, no fragmento desse texto de Castilho, a preocupação com recursos bibliográficos para a formação e o exercício da profissão daqueles que atuavam na incipiente linguística brasileira pós-decreto de 1962.

Figura 6 – Fragmento da página inicial da indicação bibliográfica de Castilho em 1965

BIBLIOGRAFIA MÍNIMA PARA PROFESSORES DE LINGÜÍSTICA EM FACULDADES DE FILOSOFIA

A curta experiência no ensino da Lingüística em duas universidades brasileiras nos tem apontado, dentre vários problemas, o da falta de recursos bibliográficos adequados para consulta dos alunos. No caso do professor que leciona tal disciplina do currículo mínimo sem ter tido qualquer orientação aqui mesmo no Brasil (um pequeno grupo teve a feliz oportunidade de participar em um curso intensivo de orientação lingüística na Universidade de Brasília) ou no exterior, o problema é verdadeiramente grave. Esperamos, neste modesto artigo, poder contribuir para o esclarecimento daqueles que atualmente se dedicam ao ensino da Ciência da Linguagem mais pelo espírito de boa vontade ou por um interesse um tanto latente pelo conteúdo da disciplina — longe estaria nossa intenção de remediar o problema — desejamos apenas que nossas palavras tenham alguma ressonância e que outros colegas se pronunciem a respeito a fim de que em um futuro não muito distante possamos, talvez, promover um debate sobre o ensino da Lingüística em universidades brasileiras, ao mesmo tempo que, irmados pelo objetivo de melhor orientar nossos alunos, participemos nós mesmos de um seminário estruturado para as reais necessidades do professor de Lingüística das oito dezenas ou mais de Faculdades de Filosofia do país.

Fonte: Fotografia do autor deste artigo a partir do exemplar digitalizado da revista *Alfa* (1965).

25 “[...] formulam-se, através de metalinguagem da época, problemas clássicos, de maneiras diferentes, sem que se tenha consciência disso, uma vez que não se trata de uma reflexão sobre fatos nem da história das diferentes formulações dos mesmos problemas colocados pelos fatos. Desconhece-se a história dos conceitos, ou melhor, que os conceitos têm uma história” (ORLANDI, 2006, p. 20-21).

Castilho destacava a necessidade do conhecimento das línguas inglesa e francesa para o contato com a bibliografia em linguística, já que eram poucos os livros em português e espanhol.

Clássicos da escola estruturalista estavam nas indicações: 1. da tradição em língua inglesa: o manual de 1958, *A course in modern linguistics*, de Charles F. Hockett (1916-2000); o de Henry A. Gleason Jr. (1917-2007), *An introduction to descriptive linguistics*, de 1955; 2. da tradição em língua francesa: os *Éléments de linguistique générale* (1960), de André Martinet (1908-1999), que, por muitos anos, até a década de 1990 pelo menos, esteve presente em bibliografias de cursos de linguística no Brasil (a partir da tradução portuguesa publicada pela Editora Martins Fontes); não à toa, o tópico da dupla articulação da linguagem foi um dos mais presentes em programas de cursos brasileiros de introdução à linguística.

Mattoso Câmara aparecia na lista com seu manual também estruturalista da década de 1940 e constantemente reeditado no Brasil. Ele era autor brasileiro isolado nessa lista.

Esse panorama se modificaria a partir dos anos finais de 1960. Se as décadas de 1960 e 1970 viram as primeiras associações de linguistas reivindicarem seu lugar e especificidade, nesses anos, do mesmo modo, estiveram presentes iniciativas de publicações de manuais brasileiros escritos por professores com atuação efetiva e constante em linguística nas universidades brasileiras.

Manuais brasileiros de introdução à linguística

Em 1967, pela coleção Biblioteca Universitária, Série 5ª., Letras e Linguística (v. 3), editada pela Companhia Editora Nacional em colaboração com a editora da USP, Francisco da Silva Borba publicou *Introdução aos estudos linguísticos*.

Nas palavras de apresentação do livro, escritas por Francisco Marins (1922-2016), presidente, na época, da Câmara Brasileira do Livro, o manual de Borba era dirigido a estudantes e estudiosos brasileiros como uma “valiosa contribuição ao aprimoramento dos estudos linguísticos entre nós” (MARINS, 1967, p. 1).

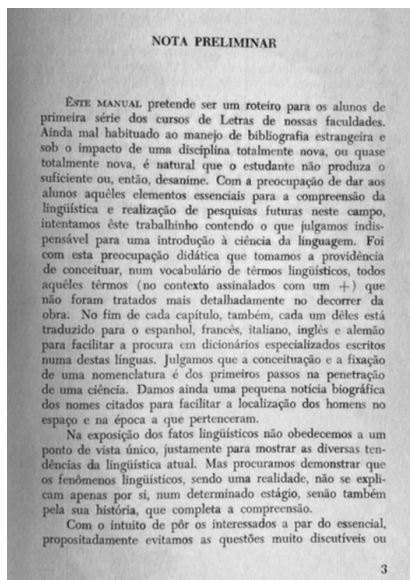
A coedição com a editora da prestigiada USP contribuía de imediato para que, no circuito universitário da época, o livro adquirisse um capital de valor simbólico (BOURDIEU, 2004) significativo. De fato, até atualmente a publicação de um livro por editora universitária é credencial de qualidade para o autor e seu trabalho.

Em Nota Preliminar escrita por Borba em 1965, de Araraquara (o espaço geográfico a que o linguista sempre esteve vinculado em sua atuação acadêmica na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” [Unesp] desde 1963²⁶), o linguista assume a vocação de manual de seu livro com a intenção de que ele fosse um roteiro para ser utilizado nos cursos de Letras nas faculdades. Respondia, pois, a uma demanda social e intelectual: com a recente implantação da disciplina linguística em 1962 nas faculdades de Letras, havia a necessidade de ampliação ao acesso dos alunos a uma bibliografia nacional especializada na área. “Ainda mal habituado ao manejo de bibliografia estrangeira e sob o impacto

26 Informações sobre a trajetória acadêmica de Borba estão presentes na sua página do currículo Lattes em: <http://lattes.cnpq.br/8113540364056637>. Acesso em: 22 abr. 2022.

de uma disciplina totalmente nova, ou quase totalmente nova, é natural que o estudante não produza o suficiente ou, então, desanime” (BORBA, 1967, p. 3).

Figura 7 – Fotografia da “Nota Preliminar”



Fonte: Fotografia do acervo do autor deste artigo.

O manual de Borba, ainda seguindo a Nota Preliminar, pretendia apresentar elementos teóricos essenciais da linguística, tendo em vista oferecer subsídios para formação e atuação de novos pesquisadores no campo, os estudantes de graduação.

A noção de que uma ciência está acompanhada de sua metalinguagem resultou na elaboração de vocabulário de termos linguísticos ao final da obra. Inserindo os estudantes na presença mais ampla da ciência da linguagem em centros internacionais, alguns termos eram traduzidos do espanhol, do francês, do italiano, do inglês e do alemão. Subentende-se, assim, que eram essas, para Borba, as principais línguas de irradiação do pensamento teórico e de práticas metodológicas na linguística.

Julgamos que a conceituação e a fixação de uma nomenclatura é dos primeiros passos na penetração de uma ciência. Damos ainda uma pequena notícia biográfica dos nomes citados para facilitar a localização dos homens no espaço e na época a que pertenceram (BORBA, 1967, p. 3).

Presente em muitos manuais, uma diversidade teórica era defendida por Borba pela necessidade de apresentação das tendências teóricas validadas e reconhecidas como relevantes para a linguística da década de 1960: linguística histórico-comparativa; estruturalismo europeu; estruturalismo norte-americano; geografia linguística; estilística.

O apagamento de conflitos teóricos em uma área, provocado pelo discurso do manual (em consonância com a característica do discurso didático, como já

apontado), era justificado por Borba pela função de apresentação de uma área, o que caracteriza o estilo e a atuação discursiva do gênero manual didático.

A partir dessas delimitações, Borba entendia uma iniciação à linguística que se iniciaria pelo que denominou “generalidades”. A esse tópico, pertenciam os temas conceituação, objeto e objetivos dos estudos linguísticos (parte inicial necessária na constituição de um manual); uma breve reconstituição histórica da linguística, com início em uma “fase da gramática” na Antiguidade (grega, romana, hindu) e na Idade Média até a “fase da filologia” e a “fase do comparativismo”, a partir das quais se chegaria a uma linguística geral desde as contribuições de Franz Bopp (1791-1867) e Wilhelm von Humboldt (1767-1835) no século XVIII até Ferdinand de Saussure (1857-1913); definições de língua e fala; panorama das línguas do mundo; tópicos de uma linguística histórica com raízes nos estudos do século XIX principalmente; métodos linguísticos.

A segunda parte do manual tratava da estrutura das línguas. Nos capítulos, estavam abordagens dos níveis fonético, morfológico, sintático e lexical das línguas. Na apresentação dos níveis: definição do estudo da unidade linguística; descrição e classificação dos elementos de cada nível linguístico; exemplos. A estrutura linguística era vista sob o prisma estruturalista vigente na época, caracterizado pela seleção de unidades de cada nível, suas especificidades e formas de combinação.

Nessa concepção de língua, o mecanismo linguístico fundamental é o das relações sintagmáticas e o das associações paradigmáticas. Pode-se recuperar essa base teórica nas abordagens dos níveis. Autores clássicos do estruturalismo estavam presentes, como o dinamarquês Vigo Brøndal (1887-1942), o norte-americano Leonard Bloomfield (1887-1949), os norte-americanos já mencionados Gleason Jr. e Hockett e o brasileiro Mattoso Câmara.

Borba graduou-se em Letras na década de 1950 e seus estudos de pós-graduação foram realizados na década de 1960 com especialização em linguística na França e doutorado em Letras obtido na Unesp no mesmo ano da publicação de seu manual. Formar-se em Letras na década de 1950 significava o contato com literaturas, línguas clássicas e teorias de ordem histórico-comparativa, filológica (românica e portuguesa), estilística (cf. FIORIN, 2007, p. 103-104). O pouco de linguística, mas marcante para alguns estudantes da época, que se estudava era nas cadeiras de filologia (principalmente românica) e, em alguns casos, na que se denominava glotologia clássica (cf. FIORIN, 2007, p. 103-104). O contato com a ciência da linguagem deve ter sido mais presente na especialização francesa (1965-1966), não à toa é marcante a frequência de referências a autores clássicos franceses influenciados pelas ideias saussurianas, como Antoine Meillet (1866-1936) e Joseph Vendryes (1875-1960).

Com o rastro histórico de quase uma década após o decreto de 1962, a linguista Leonor Scliar-Cabral publicou em 1971 *Introdução à linguística* (há uma divergência sobre as datas: indicações bibliográficas – como a da autora em seu currículo – informam o ano de 1973; o *copyright* do livro indica o ano de 1971 em diferentes edições do manual). Sua formação na graduação em Letras se deu na década de 1960 (1965-1968), na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sendo das primeiras gerações a passar pela obrigatoriedade do ensino de linguística. Desde seu doutorado em linguística defendido em 1976 na USP, Scliar-Cabral tem se dedicado em especial à aquisição e ao processamento da linguagem, à fonologia e a questões de alfabetização.

A escrita do manual foi feita ainda durante seu período como aluna de graduação e pós-graduação e como docente na PUCRS, instituição na qual ministrou disciplinas das diferentes subáreas da ciência da linguagem, com destaque para fonética, fonologia, morfologia, lexicologia e semântica.

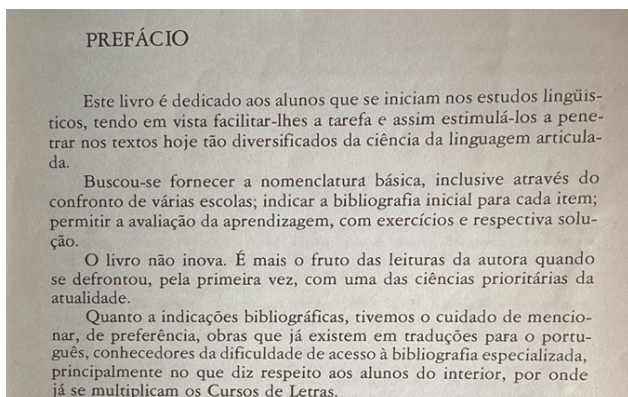
O livro se inseria em um contexto acadêmico localizado no Rio Grande Sul e atendia, como manual, a uma demanda mais didática (o ensino de linguística) do que teórica (como a proposição de um novo programa de investigação teórica no conjunto das abordagens diversas na ciência da linguagem). O manual, nesse contexto, teve duas formas de divulgação (cf. SCHNEIDERS, 2012). À moda dos *Princípios de linguística geral*, de Mattoso Câmara (com circulação em revista na década de 1930 e publicação em livro na década de 1940), textos sobre linguística de Scliar-Cabral circularam no *Jornal Diário de Notícias* entre 1966 e 1967, quando ela ainda era aluna do curso de Letras²⁷.

A presença da linguística em um veículo da imprensa escrita é um índice do prestígio que a ciência da linguagem adquiriu nas décadas de 1960-1970, mesmo no contexto brasileiro. Não à toa, é desse período a publicação de dois textos de Ataliba Teixeira de Castilho no prestigioso jornal *O Estado de S. Paulo*, com artigos sobre a linguística no Brasil e na América Latina (CASTILHO, 1971a, 1971b).

O texto de apresentação do manual (nas orelhas do livro) delimita objetivos, características e alcances da *Introdução à linguística*, de Scliar-Cabral: 1. situar a linguística em perspectiva histórica (a presença de um breve panorama histórico sobre o conhecimento a respeito da linguagem) e em suas relações com outras ciências; 2. especificar objeto(s) e métodos da linguística em suas diferentes vertentes até a década de 1960; 3. apresentar os grandes temas da área, assim considerados no livro natureza oral da linguagem articulada, signo linguístico, dupla articulação, sintagma e paradigma; 4. descrição dos níveis de análise linguística, suas unidades e seus procedimentos analíticos – parte central e mais extensa do manual, está presente o destaque à fonética, à fonologia e à morfologia, subáreas em que, segundo o texto de apresentação, mais se tinha avançado em termos de uma linguística descritiva em perspectiva estruturalista (saussuriana ou bloomfieldiana).

O “Prefácio” destaca a função divulgadora do manual, que, de fato, raramente inova em conhecimentos, mas apresenta aos estudantes um conjunto de teorias e métodos consagrados em um campo. Daí a sua necessidade de fazer parte de uma apresentação coerente para os que se iniciam em uma ciência.

27 Uma seleção desses textos é apresentada por Xavier (2004): 1. “Expressão e comunicação I” (16/06/66); 2. “Expressão e comunicação II” (23/10/66); 3. “Expressão e comunicação III” (30/10/66); 4. “Definição de palavra, uma tentativa I” (06/11/66); 5. “Definição de palavra, uma tentativa II” (13/11/66); 6. “Definição de palavra, uma tentativa III” (20/11/66); 7. “Confusões entre diacronia e sincronia” (27/11/66); 8. “Contradições nos sistemas lingüísticos” (04/12/66); 9. “Gramática funcional e estrutural” (18/12/66); 10. “O que é lingüística?” (14/05/67); 11. “Divisões da lingüística” (28/05/67); 12. “Signo lingüístico” (11/06/67); 13. “Outros aspectos da linguagem articulada – 5” (18/06/67); 14. “Funções da linguagem – 6” (25/06/67); 15. “Lingua e discurso – 7” (09/07/67); 16. “Níveis lingüísticos – 8” (16/07/67); 17. “As duas articulações 9” (23/07/67); 18. “Relações sintagmáticas e paradigmáticas – 10” (30/07/67); 19. “Fonética e fonologia – 11” (06/08/67); 20. “Contextos – 12” (13/08/67); 21. “A determinação – 13” (20/08/67); 22. “Entorno – 14” (27/08/67).

Figura 8 – Fotografia do “Prefácio”

Fonte: Fotografia do acervo do autor deste artigo.

O manual defendia uma abordagem eclética da linguística que lhe era contemporânea no que diz respeito aos níveis de análise linguística. O importante era fazer que os estudantes de linguística compreendessem a pluralidade teórica da ciência da linguagem, ainda que o livro não oferecesse em mesma profundidade uma apresentação de todas as possíveis abordagens teóricas para fenômenos lingüísticos.

Para a fonética e a morfologia, o modelo teórico preferencial era o estruturalista, com destaque para o apoio no brasileiro Mattoso Câmara e nos norte-americanos Gleason Jr. e Hockett, famosos divulgadores da linguística bloomfieldiana. A fonologia era vista pela perspectiva estrutural (com apoio, entre outros, em Mattoso Câmara) e pela gerativista (com o modelo de Roman Jakobson (1896-1982) e Morris Halle (1923-2018)). A sintaxe era apresentada no modelo transformacional de Noam Chomsky em um breve capítulo (dez páginas diante das 49 dedicadas à fonética e à fonologia e das 30 dedicadas à morfologia, por exemplo), indício de que o impacto da linguística gerativa ainda era objeto de discussão e novidade na linguística brasileira do início dos anos 1970. Os estudos do significado lingüístico na lexicologia e na semântica apresentam direções ecléticas, que vão desde a proposta gerativista de Jerry Fodor (1935-2017) e Jerrold Katz (1932-2002) até os estudos do francês Bernard Pottier.

Ainda nos capítulos do manual, Scliar-Cabral ampliava o escopo de uma linguística do sistema e apresentava brevemente considerações sobre variação lingüística, uso da língua (em uma perspectiva etnográfica), processo comunicativo.

Em síntese, assim era descrito o manual em sua apresentação editorial (como costumam ser os textos de orelha e de quarta capa):

Dado o seu caráter introdutório, com uma carga informativa bem dosada e tão rica quanto é possível ante a vastidão das áreas estudadas, essa obra representa o estágio inicial, que hoje se faz obrigatório e indispensável, para todos os que desejam alcançar uma visão esclarecida das ciências da linguagem, dia a dia mais especializadas e herméticas (Texto da orelha).

O manual de Scliar-Cabral teve boa aceitação no período 1970-1980, chegando ao final dos anos 1980 a sua sétima edição. Nas décadas seguintes, já

não teria a mesma presença no circuito acadêmico e editorial, o contrário do que aconteceu com o manual de Borba, que na década de 1990 alcançaria sua 11^a. edição, sendo editado até hoje pela Editora Pontes.

Na metade da década de 1970, era a vez de Edward Lopes apresentar seu bem-sucedido manual *Fundamentos da linguística contemporânea*. Lançado em 1976 pela Editora Cultrix, contabilizava em meados da década de 1990 mais de 13 edições (nos anos 2000 chegaria à 23^a. e seria, em sua trajetória, um dos livros de linguística mais reeditados no mundo, segundo informação do próprio Lopes (MESA REDONDA, 2020a), sendo presença constante em muitas bibliografias de disciplinas de linguística nas mais diversas instituições de ensino superior com cursos de Letras.

Lopes estudou em São José do Ribeirão Preto na graduação em Letras. Doutorou-se na década de 1970 em literaturas de língua espanhola pela USP e fez carreira docente em linguística e literatura na USP e na Unesp principalmente, pois atuou em outras instituições do interior paulista. Passou por um período de estudos na França (ainda que, em seu caso, a decisão tenha partido mais de um diretor de uma das instituições em que dava aula do que de um projeto individual de pesquisa), onde consolidou seus interesses sobre o significado e a significação como marca de sua trajetória intelectual em diálogo com Algirdas Julius Greimas (1917-1992)²⁸.

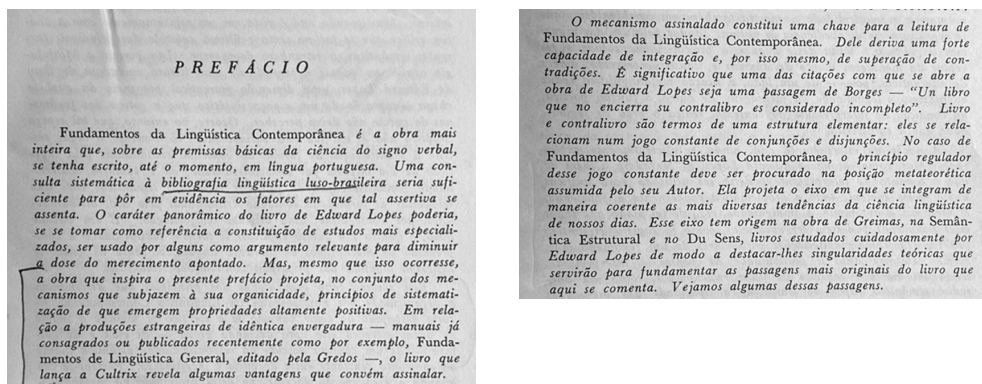
Seu nome é referência nos estudos brasileiros semióticos (em especial, com desenvolvimento de teorias sobre o interpretante), tanto que em 2011 chegou a ser a figura homenageada em colóquio organizado em comemoração a suas mais de três décadas de atuação na área no Brasil²⁹. Lopes foi um dos fundadores do primeiro grupo brasileiro a contribuir na difusão da semiótica de Greimas no Brasil no contexto acadêmico da Unesp de Araraquara e em Ribeirão Preto (então sede do grupo fundado em 1973). O seu manual de 1976 já introduzia essa vertente de pesquisa semiótica aos leitores da sua introdução aos estudos linguísticos. Não à toa, entre os três manuais aqui apresentados, questões do significado receberam maior atenção justamente por parte de Lopes.

A motivação da escrita dos *Fundamentos*, como nos informa o próprio Lopes em conferência (MESA REDONDA, 2020b), foi sua prática pedagógica. Recém-contratado por concurso como professor de linguística em Franca, deparou-se com a ausência de bibliografia em língua portuguesa para estudantes de cursos de introdução à linguística. Dessa experiência pessoal, resultou a escrita de seu manual.

O Prefácio de Lopes não se diferenciava daqueles textos de apresentação que figuraram nos livros de Borba e Scliar-Cabral. Estavam no texto o compromisso didático com a transmissão do que se compreendia na época como a ciência da linguagem e a recorrente afirmação de que não se tratava de obra teoricamente original.

²⁸ Algumas informações biobibliográficas sobre Edward Lopes podem ser obtidas no vídeo *Mesa Redonda* (2020a).

²⁹ Cf. <https://semio-ce.webnode.pt/coloquio-de-semiotica-em-homenagem-a-edward-lopes/>.

Figura 9 – Fotografia do Prefácio do livro

Fonte: Fotografia do acervo do autor deste artigo.

O manual de Lopes também apresenta os níveis de análise linguística, buscando perseguir uma perspectiva teórica diversificada para a observação de que a ciência da linguagem estava na época dividida em diferentes programas de investigação científica.

A fonética foi apresentada essencialmente em sua vertente articulatória em abordagem estruturalista, de acordo tanto com a visão do Círculo Linguístico de Praga quanto com a de Bloomfield e de Edward Sapir (1884-1939), outro linguista da tradição norte-americana (embora fosse alemão de origem judaica) com presença nos três manuais aqui descritos.

Na mesma linha estruturalista, a morfologia era exposta com as classificações de morfemas e seus valores lexicais e gramaticais. Mais uma vez, um manual brasileiro segue o que, na época, já poderia ser considerado como estabelecido (e assim, mais do que adequado para o ensino) na ciência da linguagem: o tratamento estruturalista para os níveis fonético/fonológico e morfológico.

Lopes se distancia de Borba e Scliar-Cabral na apresentação didática da sintaxe. No capítulo denominado “Modalidades de gramática”, Lopes de fato introduz os leitores à pluralidade de abordagens para o nível sintático: gramática distribucional a partir de Zellig Harris (1909-1992) como um modelo formal; gramática estruturalista no modelo de Bloomfield; gramática gerativo-transformacional no modelo de Noam Chomsky.

Também no capítulo referente ao nível semântico, a apresentação de Lopes é bastante plural e oferece aos leitores diferentes modelos de estudo do significado: semântica estruturalista conforme herança de Saussure; semântica componencial, como a realizada por Louis Hjelmselv (1899-1965); semântica lógica de Gottlob Frege (1848-1925); semântica contextual e situacional no modelo de Oswald Ducrot; semântica gerativa de Katz e Fodor.

Nos primeiros capítulos do manual, antes da abordagem dos níveis de análise linguística, Lopes apresenta o campo da linguística e suas conexões com outros campos de estudo da linguagem, a noção de signo, a especificidade da linguagem humana, as funções da linguagem.

Também Lopes introduzia os leitores ao pensamento de Saussure em um capítulo à parte, apontando as contribuições do linguista genebrino para a formu-

lação teórica de um campo que daria origem ao que hoje se compreende como as bases da linguística moderna.

Em oposição aos livros de Borba e Scliar-Cabral, a atribuição de estruturalista ao manual de Lopes deve ser vista com cautela, pois, de fato, ele constrói um manual plural em termos teóricos, em especial na sintaxe e na semântica. Decorrência provável do fato de que, no período entre 1960 e 1970, a sintaxe e a semântica eram níveis ou componentes (a depender da visão teórica adotada) ainda de recente acolhida no que se compreendia como os estudos linguísticos e, como subárea da linguística, experienciava a formulação de diferentes modelos analíticos.

As esferas de influência dos três manuais, em geral, são as mesmas, ancoradas nas linguísticas norte-americana e europeia. Selecionando apenas os nomes mais citados nos três livros, pode-se chegar à seguinte caracterização: 1. da tradição herdeira de Saussure e que fundou escolas na Europa, estão presentes autores como Martinet, Jakobson, Vendryes, Meillet, Pierre Guiraud (1912-1983), Pottier, Bertil Malmberg (1889-1958); 2. da tradição norte-americana estão presentes autores como Bloomfield e seus maiores divulgadores (em obras didáticas, principalmente, Gleason Jr. e Charles Hockett), Sapir e o gerativista Chomsky; 3. Mattoso Câmara, considerado o pioneiro da linguística brasileira, não ficou de fora dos primeiros livros escritos por brasileiros dedicados à iniciação à ciência da linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas primeiras décadas da linguística brasileira, após o Parecer de 1962, as associações científicas nacionais reivindicaram para si o papel de reunir linguistas e, como consequência, disseminar a pesquisa e o ensino que começavam a ser realizados no Brasil nos primeiros cursos de pós-graduação em linguística e nas primeiras aulas oficialmente obrigatórias nos cursos de graduação em linguística.

A função das associações é responder de modo direto aos interesses de institucionalização de um grupo de pesquisadores. Por meio delas é que se vai validar o estatuto do profissional e as subáreas que serão consideradas legítimas para pesquisas. Inclusive, em casos específicos, é possível que associações direcionem pesquisas a um campo, se na área houver necessidade de intervenções mais diretas por falta, por exemplo, de produção científica em alguma subárea específica. Também o processo de institucionalização pelas associações contribui para que os pesquisadores possam, enquanto grupo coeso, apelar para manifestações intervencionistas em políticas públicas científicas e de ensino.

De maneira geral, para que essas associações atuem desses modos é necessário que haja representatividade de fato, organizacional e intelectual, para que a congregação não seja vista como grupo fechado de pesquisadores de determinada subárea, a não ser que seja esse o objetivo. No caso aqui analisado, tratava-se de associações nacionais, com objetivos mais amplos do que aqueles de apenas representar uma subárea específica das pesquisas linguísticas e, assim, responder a grupos restritos de pesquisadores mais vinculados a uma disciplina específica.

Como vimos, a SBPL não teve o mesmo destino da Abralín como associação nacional de linguistas. A causa mais provável pode estar relacionada ao vínculo

estreito com a figura de um único líder intelectual e organizacional, traindo exatamente o espírito de associação suprarregional pretendido. A Abralin, pelo contrário, foi e continua sendo uma associação plural em termos organizacionais e intelectuais.

Em termos de afiliações teóricas, os manuais revelam, pelas referências bibliográficas e pelas citações, compartilhamento de visões sobre a linguagem e métodos de tratamento linguístico. Eles foram escritos durante as décadas em que a linguística brasileira passou por diferentes iniciativas que a institucionalizaram continuamente como disciplina acadêmica e campo científico de pesquisa.

Nesse contexto, o estruturalismo foi a concepção teórica de destaque na formação de pelo menos uma geração de linguistas brasileiros na década de 1960 nas faculdades de Letras. No foco privilegiado, uma fonética, uma fonologia e uma morfologia definidas pela perspectiva estruturalista (seja na vertente europeia, seja na vertente norte-americana). Além dessa perspectiva, o que foi apresentado nos manuais era ainda novidade científica da época, como a sintaxe e a semântica gerativas, a semântica estrutural, a semântica discursiva. Presente como conhecimento já considerado estabelecido nos manuais, estavam as contribuições de Saussure sobre o signo e o sistema linguísticos, as dicotomias, além de questões de comunicação e especificidades da linguagem humana em relação aos sistemas de comunicação dos animais.

Os manuais atuaram em paralelo com as associações na institucionalização da linguística no Brasil. Isso porque contribuíram para, por meio de suas afiliações teóricas, demarcar intelectualmente o que se considerava necessário para uma formação mínima em ciência da linguagem.

Um campo e sua institucionalização dependem de uma estrutura organizacional de direcionamentos intelectuais que determinam o tipo de conhecimento validado por um clima intelectual de uma época. Nos fragmentos históricos recuperados neste texto, a linguística dos anos 1960-1970 é inegavelmente relacionada à prática de ensino, pois foi desse modo que ela de fato se estabeleceu no ensino e na pesquisa no Brasil – ainda que estivesse de maneira esparsa presente no mesmo contexto em diferentes iniciativas em décadas anteriores –, ainda que as associações tenham reivindicado maior espaço para a produção científica. Um ensino de ciência da linguagem. Essa é a imagem da linguística brasileira no recorte temporal aqui privilegiado, como também aponta Altman em sua interpretação desse período:

O projeto que reuniu os pesquisadores dedicados ao estudo das linguagens e das línguas no Brasil foi [...] um projeto essencialmente prático, i.e., não foi uma teoria, ou mesmo um conjunto de teorias afins que reuniu os interessados em desenvolver a pesquisa linguística no Brasil. O que os uniu, enquanto grupo de especialidade, foi, principalmente, um projeto pedagógico. Coube a essa geração [dos anos 1960-1970] informar sobre e ensinar como os alunos de Letras deveriam fazer linguística (ALTMAN, 2020, p. 42).

THE BRAZILIAN LINGUISTICS IN THE 1960-1970 DECADES: SCIENTIFIC ASSOCIATIONS AND THEORETICAL AFFILIATIONS

Abstract: The article takes up facts about the institutionalization of linguistics as a university discipline in Brazil in the period between 1960 and 1970 and historical episodes of a movement of formation of a university culture in Brazilian linguistics are narrated. To this end, aspects of the constitution and development of a field of research and teaching are the focus of observation. The historiography of linguistics is the theoretical-methodological perspective that conducts the description and analysis of historical fragments taken up with the purpose of pointing out specificities of processes of institutionalization of knowledge about language. The formation of groups and theoretical affiliations are the elements privileged in this historiographical narrative, which points to a history of reception of theories and attempts at unification amidst a remarkable theoretical diversity.

Keywords: Linguistic historiography. Brazilian linguistics. Scientific associations. Linguistics textbooks. History of Brazilian Linguistics.

REFERÊNCIAS

- A PROF^a DR^a Maria do Socorro Silva Aragão dialoga com a ACTA SEMIOTICA ET LINGVISTICA. Entrevistada: Maria do Socorro Silva Aragão. *Acta Semiotica Et Linguística*, v. 16, ano 35, n. 1, p. 284-294, 2011. Disponível em: <https://library.org/document/yrovrl7y-entrevista-profa-maria-socorro-aragao-dialoga-semiotica-linguistica.html>. Acesso em: 8 fev. 2021.
- ACTA SEMIOTICA ET LINGVISTICA, v. 1, n. 1, p. 177-188, 1977.
- ALTMAN, C. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- ALTMAN, C. Apresentação. In: OLIVEIRA JR., M. (org.). *50 anos de Abralín: memórias e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2019.
- ALTMAN, C. Formação de grupos em ciências da linguagem: o caso do GEL. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 36-47, 2020. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2812/1673>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- ALTMAN, C. Linguística, Filosofia e suas Historiografias. *Revista Letras*, v. 104, p. 7-31, 2021.
- ALTMAN, C.; COELHO, O. Por ocasião dos 40 anos da Abralín. In: HORA, D. da.; ALVES, E. F.; ESPÍNDOLA, L. C. (org.). *Abralín: 40 anos em cena*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p. 261-283.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA (Abralín). *Acervo*. [s. d.]. Disponível em: <https://www.abralin.org/site/acervo/>. Acesso em: 9 fev. 2022.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA (Abralín). *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, n. 16, p. 21-37, 1994. Disponível em: <https://www.abralin.org/site/wp-content/uploads/2018/12/boletim16a.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2022.

- BATISTA, R. de O. Em busca de uma história a ser contada: a recepção brasileira à Gramática Gerativa. *Revista da Anpoll*, v. 1, n. 29, p. 260-291, 2010.
- BATISTA, R. *Fundamentos da pesquisa em historiografia da linguística*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2020.
- BATISTA, R. de O. (org.). *Historiografia da linguística*. São Paulo: Contexto, 2019.
- BATISTA, R. de O. *Introdução à historiografia da linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.
- BATISTA, R. Resenha de *50 anos de Abralín / Memórias e perspectivas*, org. por Miguel de Oliveira Jr. Campinas: Pontes, 2019. *Linguística*, v. 37, n. 1, p. 141-147, 2021.
- BATISTA, R. de O.; BASTOS, N. B. (org.). *Questões em historiografia da linguística: homenagem a Cristina Altman*. São Paulo: Pá de Palavra, 2020.
- BORBA, F. da S. *Introdução aos estudos lingüísticos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- BOURDIEU, P. *Homo academicus*. Tradução Ariel Dilon. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução Denise B. Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CARDOSO, S. A. M. Caminhos da dialetologia brasileira. In: HORA, D. da.; ALVES, E. F.; ESPÍNDOLA, L. C. (org.). *Abralín: 40 anos em cena*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p. 137-171.
- CASTILHO, A. T. de. A categoria cognitiva de movimento na gramática do português: refletindo sobre os achados dos Projetos NURC, PGPF e PHPB. In: HORA, D. da.; ALVES, E. F.; ESPÍNDOLA, L. C. (org.). *Abralín: 40 anos em cena*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p. 73-95.
- CASTILHO, A. T. de. A Lingüística no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, Suplemento Literário, n. 5, 5 set. 1971a.
- CASTILHO, A. T. de. Bibliografia mínima para professores. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 7, p. 151-153, 1965. Disponível em: <https://periodicos.flcar.unesp.br/alfa/article/view/3248>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- CASTILHO, A. T. de. Perspectivas da Lingüística na América Latina e no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, Suplemento Literário, n. 4, 29 ago. 1971b.
- CASTILHO, A. T. de. Primeiros momentos da Associação Brasileira de Linguística ou prolegômenos para uma introdução prefaciatória. In: OLIVEIRA JR., M. (org.). *50 anos de Abralín: memórias e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2019. p. 18-29.
- CASTILHO, A. T. de; ALTMAN, C. Para a história da Associação Brasileira de Linguística. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, n. 16, p. 21-37, 1994. Disponível em: <https://www.abralin.org/site/wp-content/uploads/2018/12/boletim16a.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2022.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EM HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA (Cedoch). *Boletim V: em homenagem a Aryon Dall'Igna Rodrigues*. Edição e organização Aline Cruz e Cristina Altman. São Paulo: Humanitas: Departamento de Linguística – FFLCH/USP: Grupo de Estudos em Historiografia da Linguística Brasileira: Anpoll, 2000. Disponível em: <https://cedoch.fflch.usp.br/boletim-do-cedoch>. Acesso em: 8 fev. 2022.

- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EM HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA (Cedoch). *Boletim VI: em homenagem a Ataliba Teixeira de Castilho*. Edição e organização Cristina Altman e Lu Gimenes. São Paulo: Humanitas: Departamento de Linguística – FFLCH/USP: Grupo de Estudos em Historiografia da Linguística Brasileira: Anpoll, 2001. Disponível em: <https://cedoch.fflch.usp.br/boletim-do-cedoch>. Acesso em: 8 fev. 2022.
- FIORIN, J. L. A criação dos cursos de Letras no Brasil e as primeiras orientações da pesquisa lingüística universitária. In: FÁVERO, L. L.; BASTOS, N. B.; MARQUESI, S. C. (org.). *Língua Portuguesa: pesquisa e ensino*. São Paulo: Fapesp: Educ, 2007. v. 1, p. 93-104.
- GLEASON JR., H. A. *An introduction to descriptive linguistics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1955.
- HOCKETT, C. F. *A course in modern linguistics*. New York: McMillan, 1958.
- KNELLER, G. F. *A ciência como atividade humana*. Tradução Antonio J. de Souza do original de 1978 em língua inglesa, *Science as a Human Endeavor*. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- LOPES, E. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- MARINS, F. Apresentação. In: BORBA, F. da S. B. *Introdução aos estudos lingüísticos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Editora da Universidade de São Paulo, 1967. p. 1-2.
- MARTINET, A. *Éléments de linguistique générale*. Paris: Armand Colin, 1960.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. *Princípios de lingüística geral*. 7. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1989 [1941].
- MESA REDONDA: O pensamento de Edward Lopes (Parte 1 de 3). [s. l.: s. n.], 2020a. 1 vídeo. (25 min). Publicado pelo canal Semioce UFC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mYIrhni3IdM>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- MESA REDONDA: O pensamento de Edward Lopes (Parte 3 de 3). [s. l.: s. n.], 2020b. 1 vídeo. (25 min). Publicado pelo canal Semioce UFC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mYIrhni3IdM>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). *Currículo Mínimo e Duração dos Cursos de Letras: Parecer CFE 283/1962*. Brasília: MEC, 1962.
- NARO, A. J. Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil. In: NARO, A. J. (org.). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 67-114.
- OLIVEIRA JR., M. (org.). *50 anos de Abralin: memórias e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2019.
- ORLANDI, E. O funcionalismo e o formalismo na lingüística brasileira dos anos 60/80 do século XX. In: BARROS, D. L. P. de; FIORIN, J. L. (org.). *A fabricação dos sentidos: estudos em homenagem a Izidoro Blikstein*. São Paulo: Humanitas: Paulistana, 2008.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006 [1983].
- PAIS, C. T. A pós-graduação em lingüística na Universidade de São Paulo. *Alfa: Revista de Lingüística*, v. 18/19, p. 477-482, 1972/1973. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3531/3304>. Acesso em: 8 fev. 2022.

RODRIGUES, A. D. I. Os estudos de linguística indígena no Brasil. *Revista de Antropologia*, v. 11, n. 1-2, p. 9-17, 1963.

ROSA, M. C. Há 59 anos a linguística entrava no currículo mínimo dos cursos de Letras no Brasil. *Linguística-UFRJ M. Carlota Rosa*, 18 out. 2021. Disponível em: <https://linguisticaufrjcarlotablog.wordpress.com/2021/10/18/ha-59-anos-a-linguistica-entrava-no-curriculo-minimo-dos-cursos-de-letras/>. Acesso em: 8 fev. 2022.

SANTOS, I. P. dos. Linguística. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, p. 481-486, 1994.

SCHNEIDERS, C. M. O conhecimento linguístico em livros introdutórios: uma reflexão sobre o modo de conceber a linguística. *Revista Fragmentum*, n. 33, p. 63-70, 2012.

SCLIAR-CABRAL, L. *Introdução à linguística*. São Paulo: Globo, 1971.

SUGIYAMA JR., E. *O ensino da linguística no Brasil (1960-2010): efeitos do processo de institucionalização da disciplina na configuração curricular dos cursos de Letras e Linguística*. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SUGIYAMA JR., E. O ensino de linguística nos cursos de Letras do Brasil: uma historiografia a partir dos documentos oficiais dos cursos de graduação (1960-2010). In: COELHO, O. (org.). *Fontes para a historiografia linguística: caminhos da pesquisa documental*. Campinas: Pontes, 2021. p. 29-42.

XAVIER, R. C. *Leonor Scliar-Cabral: uma historicidade possível na produção do saber sobre a lingüística na mídia impressa do RS*. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

ZIMAN, J. *Conhecimento público*. Tradução Regina R. Junqueira do original em língua inglesa de 1968, *Public Knowledge*]. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.